

Superação



Unilever amplia lucro para € 7,64 bilhões

A Unilever divulgou na quinta-feira (9) que teve lucro líquido de 7,64 bilhões de euros em 2022, maior do que o ganho de 6,05 bilhões de euros apurado em 2021. O resultado superou a previsão de 18 analistas consultados pela FactSet, de 6,48 bilhões de euros. O lucro operacional ajustado - uma das métricas preferidas da multinacional somou 9,68 bilhões de euros. **PÁGINA 2**

Vendas recuam

ArcelorMittal registra receita surpreendente

A siderúrgica ArcelorMittal informou na quinta-feira (9) que teve lucro líquido de US\$ 261 milhões no quarto trimestre de 2022, que representa apenas uma fração do ganho de US\$ 4,04 bilhões apurado em igual período do ano anterior. Já as vendas da ArcelorMittal, que tem sede em Luxemburgo, tiveram queda anual de 19% entre outubro e dezembro. **PÁGINA 3**

Recolocação

Credit Suisse sofreu o quinto prejuízo seguido

O Credit Suisse divulgou que teve prejuízo de 1,39 bilhão de francos suíços (US\$ 1,51 bilhão) no quarto trimestre de 2022, menor do que a perda de 2,09 bilhões de francos suíços apurada em igual período de 2021. Trata-se, porém, do quinto prejuízo trimestral consecutivo. **PÁGINA 4**

Terremoto

Erdogan reconhece que falhou na resposta

O presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, reconheceu que houve falha na resposta ao terremoto de magnitude 7,8 que atingiu a Turquia e a Síria na segunda-feira passada. O governante visitou a província de Hatay e reforçou que o clima frio também é um fator que não colabora com as operações de emergência. **PÁGINA 5**

Líderes petistas querem explicações de Campos Neto

Lira diz que autonomia do BC não vai retroagir

O presidente da Câmara afirmou que o Banco Central independente é uma marca mundial e o Brasil precisa se inserir neste contexto



Bruno Spada - Câmara dos Deputados

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou na quinta-feira, 9, que a autonomia do Banco Central, aprovada em 2021 pelo Congresso, "não retroagirá". A declaração, feita durante o evento Show Rural, em Cascavel (PR), ocorreu em meio a críticas do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e de governistas no Legislativo à atuação da autoridade monetária e de seu presidente, Roberto Campos Neto. "Eu tenho a escuta, a tendência do que a maioria do plenário pensa. Com relação à independência do Banco Central, esse assunto não retroagirá", disse Lira, em coletiva de imprensa. "O Banco Central independente é uma marca mundial, o Brasil precisa se inserir neste contexto", emendou o deputado, ao afirmar que a autonomia foi o modelo escolhido pelo Congresso para o BC. Líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE) afirmou que também vai assinar o documento. De acordo com Dirceu, também foi discutida na reunião da quarta-feira da base governista a possibilidade de se formar uma comissão de deputados que iriam ao Banco Central levar questionamentos a Campos Neto. O líder do PT na Câmara disse, no entanto, que não houve consenso em torno dessa proposta, mas que ela ainda não foi descartada por completo. **PÁGINA 2**

ENCARECIMENTO

IPCA subiu 0,53% em janeiro, com reajustes na alimentação



Wenderson Araujo - CNA

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou janeiro com alta de 0,53%, ante um avanço de 0,62% em dezembro. A inflação foi puxada pelos alimentos, ainda que a alta desses preços tenha tido desaceleração ante dezembro. Da alta de 0,53% no mês passado, 0,13 ponto porcentual (p.p.) foi acrescentado pelo avanço de 0,59% no grupo Alimentação e Bebidas. Os destaques de alta, segundo o IBGE, foram os preços da batata-inglesa (14,14%), do tomate (3,89%) e das frutas (3,69%). **PÁGINA 3**

JUROS



Antonio Cruz - Agência Brasil

PT vai ampliar pressão sobre o Banco Central

PÁGINA 7

EUA

Levitsky: reunião pode aumentar o comércio

PÁGINA 6

MEIO AMBIENTE

Lula e comitiva embarcam para os EUA

PÁGINA 6

GRIPE AVIÁRIA

Paraná pretende pedir ao governo para tornar a região Sul autônoma

PÁGINA 8

IBOVESPA 108.008,05 ↓ -1,77%

Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
P.ACUCAR-CBDON NM	17,69	+1,49%	+0,26
GRUPO NATURAON NM	14,64	+1,46%	+0,21
WEG ON NM	37,98	+0,85%	+0,32
SUZANO S.A. ON NM	46,30	+0,76%	+0,35
CYRELA REALTON NM	14,73	+0,61%	+0,09

Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
AZUL PN N2	9,52	11,85%	-1,28
GRUPO SOMA ON NM	8,800	-8,81%	-0,850
GERDAU PN N1	28,67	-7,93%	-2,47
GERDAU MET PN N1	12,64	-7,80%	-1,07
PETZ ON NM	6,48	-6,63%	-0,46

Mais Negociadas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
VALE ON NM	88,39	-0,37%	-0,33
PETROBRAS PN N2	25,93	-0,46%	-0,12
ITAUUNIBANCOPN EJ N1	25,92	-2,48%	-0,66
GERDAU PN N1	28,67	-7,93%	-2,47
BRADESCO PN EJ N1	13,80	-2,54%	-0,36

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	33.699,88	-0,73%
S&P 500	4.081,50	-0,88%
NASDAQ	11.789,58	-1,02%
DAX 30	15.523,42	+0,72%
FTSE 100	7.911,15	+0,33%
IBEX 35	9.243,50	+0,18%

DÓLAR COMERCIAL

COMPRA	VENDA	%
5,278	5,279	↑ 1,58%

PESO

COMPRA	VENDA	%
0,027	0,028	↑ 1,38%

EURO

COMPRA	VENDA	%
5,667	5,669	↑ 1,74%

LIBRA

COMPRA	VENDA	%
6,395	6,397	↑ 1,74%

OURO

BM&FBOVESPA/GRAMA	COMEX NY/ONÇA
310,00	USD\$ 1.861,57

MODELO

Lira diz que autonomia do BC já é marca mundial e não retroagirá

O presidente da Câmara afirmou que o modelo atual de autonomia do Banco Central foi o escolhido pelo Congresso Nacional para o Brasil e o que vale é o que a maioria pensa

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou na quinta-feira, 9, que a autonomia do Banco Central, aprovada em 2021 pelo Congresso, "não retroagirá". A declaração, feita durante o evento Show Rural, em Cascavel (PR), ocorreu em meio a críticas do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e de governistas no Legislativo à atuação da autoridade monetária e de seu presidente, Roberto Campos Neto.

"Eu tenho a escuta, a tendência do que a maioria do plenário pensa. Com relação à independência do Banco Central, esse assunto não retroagirá", disse Lira, em coletiva de imprensa, por volta das 12 horas. "O Banco Central independente é uma marca mundial, o Brasil precisa se inserir neste contexto", emendou o deputado, ao afirmar que a autonomia foi o modelo escolhido pelo Congresso para o BC.

Na quarta-feira, líderes petistas na Câmara decidiram apoiar um convite para que Campos Neto vá ao Congresso explicar a política de juros da instituição. Horas antes, o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, havia afirmado que não há nenhuma ação no governo para reverter a autonomia do BC.

Após uma reunião da base aliada na quarta, o líder do PT na Câmara, Zeca Dirceu (PR), disse que assinou um requerimento de urgência apresentado pelo PSOL para que Cam-



Arthur Lira: "eu tenho a escuta, a tendência do que a maioria do plenário pensa. Com relação à independência do Banco Central, esse assunto não retroagirá"

pos Neto seja convidado a dar explicações na Câmara sobre a taxa básica de juros, a Selic, mantida em 13,75% na semana passada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC.

Líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE) afirmou que também vai assinar o documento. De acordo com Dirceu, também foi discutida na reunião da quarta-feira da base governista a possibilidade de se formar uma comissão de deputa-

dos que iriam ao BC levar questionamentos a Campos Neto. O líder do PT na Câmara disse que não houve consenso em torno dessa proposta, mas que ela não foi descartada por completo.

Antes de entrar na reunião, o líder do PSOL na Câmara, Guilherme Boulos (SP) afirmou que também não há consenso na base do governo para apoiar o projeto de lei que revoga a autonomia do BC. O PL foi anunciado na quarta pelo

PSOL, após Lula intensificar as críticas ao nível da Selic.

Boulos chegou a chamar Campos Neto de "infiltrado" do ex-presidente Jair Bolsonaro e do ex-ministro da Economia Paulo Guedes. Para o deputado, o presidente do BC age para boicotar a retomada do crescimento econômico ao manter a Selic no nível atual.

Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) afirmou na quarta-feira que a

autonomia do BC é um avanço que afasta critérios políticos de uma instituição que tem um aspecto técnico muito forte. O senador também disse que Campos Neto é um "homem bem preparado".

O presidente da Câmara afirmou que houve um acordo entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, para que o Conselho de Controle

de Atividades Financeiras (Coaf) fosse transferido do BC para o ministério. O deputado disse que, do ponto de vista dele, tanto faz onde o órgão ficará alocado, desde que a atuação seja técnica.

"O Coaf é um órgão técnico que tem que funcionar como um excelente árbitro de futebol. O bom árbitro de futebol passa despercebido, é como tem que ser o Coaf, tem que ir atrás de operações irregulares, não atrás de pessoas", declarou Lira, em coletiva de imprensa nesta quinta-feira. "Segundo as conversas que me foram passadas pelo ministro Haddad e pelo próprio Roberto Campos, houve, inclusive, um acordo para que ele pudesse voltar para o Ministério da Economia. Não penso que esse seja o tema mais polêmico", emendou o presidente da Câmara.

Lira ressaltou que no começo do governo Bolsonaro o ex-ministro e agora senador Sérgio Moro (União Brasil-PR) queria deixar o Coaf no Ministério da Justiça, mas que o Congresso rejeitou a ideia.

"Tanto faz, do meu ponto de vista, ele ficar no Banco Central, como no Ministério da Economia", disse o deputado.

A transferência do Coaf do BC para a Fazenda foi incluída em uma medida provisória editada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas enfrenta resistência no Congresso.

Em entrevista à GloboNews no dia 1º, após ser reeleito presidente da Câmara, Lira havia dito que, pela posição majoritária dos deputados, o Coaf tenderia a retornar novamente ao BC.

INVESTIMENTOS

Unilever aumentou seu lucro para 7,6 bilhões de euros no ano passado

A Unilever divulgou na quinta-feira (9) que teve lucro líquido de 7,64 bilhões de euros em 2022, maior do que o ganho de 6,05 bilhões de euros apurado em 2021. O resultado superou a previsão de 18 analistas consultados pela FactSet, de 6,48 bilhões de euros.

O lucro operacional ajustado - uma das métricas preferidas da multinacional anglo-holandesa - somou 9,68 bilhões de euros no ano passado, ante 9,64 bilhões de euros em 2021 e praticamente em linha com o consenso da FactSet, de 9,65 bilhões de euros.

Já o faturamento anual da Unilever atingiu 60,07 bilhões de euros em 2022, ante 52,44 bilhões de euros no ano anterior. Neste caso, a previsão da FactSet era de 59,85 bilhões

de euros. Apenas no quarto trimestre de 2022, o faturamento cresceu 11,4% na comparação anual, a 14,61 bilhões de euros.

O CEO da Unilever, Alan Jope, disse que a empresa apresentou um ano de forte crescimento da receita em condições macroeconômicas desafiadoras. O crescimento das vendas foi de 9,0%, impulsionado por uma ação disciplinada de preços em resposta à alta inflação de custos de insumos. O crescimento foi amplo em cada um dos cinco grupos de negócios, liderado por fortes performances nas marcas de mais de um bilhão de euros. Apesar dos aumentos acentuados nos custos de material, a empresa priorizou o aumento da marca e investiu em marketing.

A margem operacional subjacente foi entregue de acordo com a orientação, com lucro operacional subjacente aumentado para o ano.

"Fizemos mais progressos na transformação da Unilever e continuamos a cumprir nossas prioridades estratégicas. Nosso novo modelo operacional já está abrindo uma cultura de tomada de decisão mais ousada e rápida com maior responsabilidade. Continuamos a melhorar nosso perfil de crescimento, com a venda do negócio global de Chá e a aquisição da Nutrafol. Estamos percebendo cada vez mais os benefícios do portfólio remodelado, economia acelerada e execução aprimorada. Há mais a fazer, mas as mudanças que fizemos significam que come-

çamos 2023 com impulso, preparando-nos bem para entregar outro ano de maior crescimento, que continua sendo nossa primeira prioridade."

Em 2022, a empresa equilibrou cuidadosamente o crescimento de preços, volume e competitividade para navegar no ambiente de alta inflação de custos. A Unilever pretende entregar novamente um forte crescimento de vendas subjacente em 2023, com melhoria no desempenho de volume e competitividade à medida que o ano avança.

"Continuaremos a precificar e impulsionar nossos programas de economia de custos, a fim de nos permitir investir em nossas marcas e entregar margem melhor."

A empresa espera que a

inflação de custos continue em 2023. A expectativa de inflação material líquida (NMI) no primeiro semestre de 2023 é de cerca de € 1,5 bilhão. "Prevenimos NMI significativamente menor no segundo semestre, com uma ampla gama de resultados possíveis, embora não esperemos deflação de custos."

No primeiro semestre, o crescimento do preço subjacente permanecerá alto e o crescimento do volume será negativo. O volume melhorará com o abrandamento do crescimento dos preços, mas é muito cedo para dizer se o volume ficará positivo no segundo semestre. "Esperamos que o crescimento das vendas subjacentes em 2023 esteja pelo menos na metade superior de nossa faixa pluri-

anal de 3% a 5%."

A empresa quer entregar apenas uma melhoria modesta na margem operacional subjacente no ano inteiro, pois planeja outro ano de aumento de investimento e, com a inflação de custos permanecendo alta, a margem operacional subjacente será de cerca de 16% no primeiro semestre.

O setor de beleza e bem-estar aumentou as vendas subjacentes em 7,8% impulsionadas pelo preço. Os volumes foram ligeiramente positivos, ajudados por mais um ano de forte crescimento em Prestige Beauty e Health & Well-being, que agora representam mais de € 2,5 bilhões de faturamento. As vendas subjacentes de Cuidados Pessoais aumentaram 7,9%, impulsionadas pelo aumento dos preços. Os volumes cresceram em Desodorantes, mas caíram em outras categorias. Home Care, que foi particularmente exposto ao aumento dos custos de insumos, apresentou o maior crescimento de preço e algum declínio de volume, levando a um crescimento de vendas subjacente de 11,8%.

Diário Comercial

Propriedade do Jornal Diário Comercial Ltda.

Filiado à:

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS

DIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna Luz

DIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

DIAGRAMAÇÃO: André Mazza • paginacao@diariocomercial.com.br
PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.



RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906

SÃO PAULO
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000

BRASÍLIA
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845

BELO HORIZONTE
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232

REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comerciaisp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

SAFRA

IPCA subiu 0,53% em janeiro, com reajuste na alimentação

As chuvas durante o mês no País afetaram as regiões produtoras de batata e cenoura, que puxaram o aumento de 0,60% na alimentação no domicílio



Produção: os destaques de alta foram os preços da batata-inglesa (14,14%), do tomate (3,89%), das frutas (3,69%) e do arroz (3,13%). Na contramão, houve queda em componentes importantes da cesta de consumo, como a cebola

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou janeiro com alta de 0,53%, ante um avanço de 0,62% em dezembro, informou na quinta-feira, 9, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A inflação de janeiro foi puxada pelos alimentos, ainda que a alta desses preços tenha tido desaceleração ante dezembro. Da alta de 0,53% no mês passado, 0,13 ponto porcentual (p.p.) foi acrescentado pelo avanço de 0,59% no grupo Alimentação e Bebidas. Em dezembro, o grupo havia subido 0,66%.

No grupo Alimentação e Bebidas, a variação da alimentação no domicílio (0,60%) também ficou abaixo da registrada em dezembro (0,71%). Os destaques de alta, segundo

o IBGE, foram os preços da batata-inglesa (14,14%), do tomate (3,89%), das frutas (3,69%) e do arroz (3,13%).

Na contramão, houve queda em componentes importantes da cesta de consumo, como a cebola (-22,68%), o frango em pedaços (-1,63%) e as carnes (-0,47%).

A alimentação fora do domicílio subiu 0,57%. A maior contribuição (0,02 p.p.) veio do lanche (1,04%), informou o IBGE.

A refeição, por sua vez, teve alta de 0,38%, acima do mês anterior (0,19%). Os preços de refrigerantes e água mineral (0,81%) e a cerveja (0,43%) também subiram, informou o IBGE.

O índice de difusão do IPCA caiu em janeiro. No mês passado, 63% de todos os preços pesquisados pelo IBGE registraram alta. Em dezembro de 2022, a proporção foi de 69%. Segundo Pedro Kislanov,

gerente do IPCA do IBGE, a redução da difusão foi puxada por preços de produtos não alimentícios.

A difusão dos preços dos alimentos ficou estacionada em 65%, entre dezembro do ano passado e janeiro. Já a difusão de itens não alimentícios foi de 72% em dezembro e caiu para 61% em janeiro.

Em parte por isso, Kislanov negou que o cenário apontado pelo IPCA de janeiro seja de inflação pressionada, mesmo ponderando que a redução do índice de difusão é afetada por promoções em produtos de vestuário, com destaque para as roupas femininas, e artigos de cuidados pessoais, como os perfumes.

“Os grupos estão apontando em direções diferentes, não colocaria o IPCA como pressionado”, afirmou o pesquisador.

Do ponto de vista regional, Kislanov chamou a atenção

para o fato de o IPCA de Salvador (BA) ter ficado em 1,09% em janeiro, a maior taxa dos 16 locais pesquisados pelo IBGE.

A retomada das alíquotas do ICMS na Bahia fez a diferença, como no caso da conta de luz. Os preços médios da tarifa de energia elétrica em Salvador subiram 8,07% em janeiro, “onde o ICMS retornou ao patamar de 27% a partir de 1º de janeiro”, informa a nota do IBGE.

O grupo Habitação subiu 0,33% no IPCA de janeiro, ante 0,20% na leitura de dezembro de 2022. A conta de luz subiu 0,19%, praticamente o mesmo aumento de dezembro de 2022, quando avançou 0,20%. O destaque de alta no grupo Habitação foi a taxa de água e esgoto, com avanço de 1,44%.

Segundo o IBGE, o movimento foi puxado por conta dos reajustes ocorridos em três áreas: Belo Horizonte

(12,73%), com reajuste de 14,62%, a partir de 1º de janeiro; Brasília (8,29%), com reajuste de 9,51%, vigente desde 1º de janeiro; e Campo Grande (5,56%), com reajuste de 6,89%, em vigor desde 3 de janeiro.

“Vale ressaltar, ainda, o aumento do gás encanado (4,10%), consequência das altas de 7,92% no Rio de Janeiro, onde as tarifas foram reajustadas em 9,00% no dia 1º de janeiro, e de 3,00% em São Paulo, onde houve aumento de 10,90% a partir de 10 de dezembro e, posteriormente, redução de 0,71% a partir de 1º de janeiro. Já os preços do gás de botijão caíram 1,19%”, diz a nota divulgada pelo IBGE.

O grupo Comunicação subiu 2,09% no do IPCA, maior variação entre os nove grupos de bens e serviços pesquisados pelo IBGE. Isoladamente, o subitem combo de telefo-

nia, internet e TV por assinatura, com alta de 3,24%, teve o maior impacto de alta no IPCA de janeiro, contribuindo com 0,05 ponto porcentual (p.p.) do avanço de 0,53% no índice fechado.

Já o subitem TV por assinatura subiu 11,78% em janeiro. Somados, os dois subitens acrescentaram 0,09 p.p. no IPCA de janeiro. “Também houve alta nos preços dos aparelhos telefônicos (0,44%) e nos serviços de acesso à internet (2,09%)”, informa a nota divulgada pelo IBGE.

Segundo Pedro Kislanov, é comum esses serviços de comunicação passarem por reajustes nas tarifas no início do ano. Ainda no campo dos impactos de alta no IPCA de janeiro, o pesquisador lembrou que as chuvas afetaram regiões produtoras de batata e cenoura, que puxaram a alta de 0,60% na alimentação no domicílio.

RETORNO SUSTENTÁVEL

ArcelorMittal lucra menos do que o esperado, mas receita surpreende

A siderúrgica ArcelorMittal informou na quinta-feira (9) que teve lucro líquido de US\$ 261 milhões no quarto trimestre de 2022, que representa apenas uma fração do ganho de US\$ 4,04 bilhões apurado em igual período do ano anterior. Já as vendas da ArcelorMittal, que tem sede em Luxemburgo, tiveram queda anual de 19% entre outubro e dezembro, a US\$ 16,89 bilhões.

O Ebitda (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) da maior siderúrgica do mundo, por sua vez, somou US\$ 1,26 bilhão no quarto trimestre, ante US\$ 5,05 bilhões um ano antes. O lucro trimestral da ArcelorMittal veio abaixo da expectativa de analistas, que previam ganho de US\$ 358 milhões, mas a receita ficou acima do esperado e o Ebitda

veio em linha com o consenso.

O Grupo gerou fluxo de caixa livre (FCF) de US\$ 6,4 bilhões no ano fiscal de 2022 (caixa líquido de US\$ 10,2 bilhões gerado por atividades operacionais menos capex de US\$ 3,5 bilhões e dividendos minoritários de US\$ 0,3 bilhão), amplamente estável em comparação com o ano fiscal de 2021.

A empresa encerrou 2022 com dívida líquida recorde de US\$ 2,2 bilhões (contra US\$ 4,0 bilhões no final de 2021). A dívida bruta foi de US\$ 11,7 bilhões.

As recompras de ações reduziram as ações totalmente diluídas em circulação em 11% em 2022, elevando a redução total para 30% desde o final de setembro de 2020.

A empresa avançou em seus planos para reduzir a intensi-

dade de CO2e de sua produção global em 25% até 2030. A aquisição da planta Texas HBI garantiu metais de alta qualidade para produção de aço com baixo teor de carbono. A ArcelorMittal investiu também US\$ 0,6 bilhão em projeto de energia renovável de 1 GW na Índia. Além disso inaugurou o primeiro projeto de CCU de carbono inteligente em Ghent (Bélgica).

A empresa ainda comprou quatro recicladores especializados em sucata de metal na Europa e investiu em um projeto siderúrgico de baixa emissão de carbono em Dofasco (Canadá).

A empresa comprou a Texas HBI e a CSP no Brasil, que deve ser concluída no 1º trimestre de 2023 e devem adicionar US\$ 0,5 bilhão ao EBITDA.

A planta AMNS India Hazira deve crescer para 15Mt sua capacidade até 2026.

O consumo mundial de aço ex-China em 2023 deverá se recuperar entre 2% e 3% em comparação com 2022. A empresa espera que seus embarques de aço em 2023 cresçam cerca de 5%.

A Companhia espera geração de FCF positiva em 2023, com aumento do capex para dentro da faixa de US\$ 4,5 bilhões a US\$ 5,0 bilhões. Os custos de juros devem aumentar para aproximadamente US\$ 0,4 bilhão e impostos de caixa mais baixos.

A empresa espera que o capital de giro siga os padrões sazonais normais (incluindo um investimento no primeiro trimestre de 2023).

Aditya Mittal, CEO da Arce-

lorMittal, disse que, apesar dos desafios que surgiram ao longo do ano, os resultados anuais demonstraram os benefícios do portfólio de ativos fortalecido e as melhorias que a empresa fez na base de custos nos últimos períodos. “Isso, juntamente com as ações mitigatórias que tomamos no segundo semestre para adequar os níveis de produção e otimizar o consumo de energia, agregaram resiliência ao nosso negócio.”

Segundo ele, a entrega de fluxo de caixa livre consistentemente positivo e força de balanço permitiu crescer e desenvolver o negócio, capturando oportunidades de crescimento em mercados de crescimento mais rápido, ao mesmo tempo em que progredimos em nossa ambição de sermos líderes na produção de aço

de baixo carbono. A aquisição da Texas HBI ajuda a garantir metais de alta qualidade para a produção de aço com baixo teor de carbono. “Comemoramos o comissionamento do primeiro projeto de captura e reutilização de carbono da indústria siderúrgica europeia na Bélgica. Nossos dois produtos de baixo carbono para clientes, certificados de aço verde XCarb® e XCarb® reciclado e produzido de forma renovável, continuam ganhando força com os clientes e o XCarb® Innovation Fund fez uma série de investimentos em novas tecnologias atraentes de baixo carbono.”

Ele disse que as evidências sugerem que a redução de estoque do cliente observada no segundo semestre de 2022 atingiu o pico, fornecendo suporte ao consumo aparente de aço e aos spreads de aço. “Embora a incerteza geopolítica permaneça alta, continuamos confiantes na força e resiliência da ArcelorMittal e em nossa capacidade de executar com sucesso nossa estratégia de crescimento, descarbonização e retornos sustentáveis em todos os aspectos do ciclo.”

REESTRUTURAÇÃO

Credit Suisse sofre quinto prejuízo consecutivo no quarto trimestre

O banco já esperava prejuízo, uma vez que saídas de ativos levaram sua divisão de gestão de riquezas a enfrentar dificuldades em meio a reestruturação

O Credit Suisse divulgou na quinta-feira (9) que teve prejuízo líquido de 1,39 bilhão de francos suíços (US\$ 1,51 bilhão) no quarto trimestre de 2022, menor do que a perda de 2,09 bilhões de francos suíços apurada em igual período de 2021. Trata-se, porém, do quinto prejuízo trimestral consecutivo do segundo maior banco da Suíça.

A receita do Credit teve queda anual de 33% entre outubro e dezembro, a 3,06 bilhões de francos suíços. Analistas consultados pelo próprio banco projetavam prejuízo menor no trimestre, de 1,34 bilhão de francos suíços, e receita maior, de 3,15 bilhões de francos suíços.

Em novembro, o Credit havia estimado que teria prejuízo antes de impostos em torno de 1,5 bilhão de francos suíços nos últimos três meses do ano passado, uma vez que saídas líquidas de ativos levaram sua divisão de gestão de riquezas a enfrentar dificuldades em meio a um difícil processo de reestruturação. No fim, o prejuízo antes de impostos no trimestre acabou somando 1,32 bilhão de francos suíços.

O fraco desempenho do Credit, que tem sede em Zurique, veio após o banco sofrer volumosas perdas de depósitos e ativos em outubro, à medida que rela-



Credit Suisse: o anúncio da aquisição do banco de investimento M. Klein & Company marca outro marco na divisão da CS First Boston como consultoria

tos na mídia social e um salto em seus swaps de default de crédito (CDS, na sigla em inglês) deflagraram temores sobre a posição financeira do banco.

O Credit disse também prever um significativo prejuízo antes de impostos em 2023, em função de custos de reestruturação e de sua saída de negócios.

"2022 foi um ano crucial para o Credit Suisse. Anunciamos nosso plano estratégico de criar um banco mais simples e focado, construído em torno de necessidades do cliente e desde outubro estamos executando em ritmo acelerado. Levantamos com sucesso CHF 4 bilhões em capital social, aceleramos a entrega de nossas ambicio-

sas metas de custo e estamos fazendo grandes progressos na reestruturação radical de nosso Banco de Investimento", disse o CEO do Credit Suisse Group AG, Ulrich Körner.

Segundo ele, o anúncio da aquisição do negócio de banco de investimento M. Klein & Company marca outro marco na divisão da CS First Boston como uma importante empresa independente de consultoria e mercado de capitais. A transação deve ainda fortalecer as capacidades de consultoria e mercado de capitais do CS First Boston.

"Temos um plano claro para criar um novo Credit Suisse e pretendemos continuar a cumprir nossa transformação estrat-

tégica de três anos, remodelar nosso portfólio, realocar capital, dimensionar corretamente nossa base de custos e desenvolver nossas franquias líderes."

O desempenho do Credit Suisse foi impactado pelo desafiador ambiente econômico e de mercado, depósito significativo e patrimônio líquido no início do trimestre e a execução das ações estratégicas.

O Credit Suisse iniciou uma rápida implementação de ações em todo o

Quarto trimestre de 2022 para construir a base para o novo Credit Suisse. A empresa anunciou medidas para reestruturar radicalmente o Banco de

Investimento, acelerar a transformação de custos e fortalecer e realocar capital, cada um dos quais está progredindo no ritmo esperado.

O índice de capital CET1 era de 14,1% ao final do quarto trimestre de 2022, acima de 12,6% ao final do terceiro trimestre de 2022, impulsionado principalmente pelo capital, levantado com receita bruta de CHF de 4,0 bilhões, bem como Risco Ponderado Reduções de ativos (RWA), parcialmente compensadas pelo prejuízo líquido.

O índice de alavancagem aumentou para 7,7% pela menor exposição à alavancagem, principalmente no Banco de Investimento (IB), Wealth

ACORDO

Oi entra com um pedido de recuperação judicial nos EUA

A Oi entrou com um pedido de recuperação judicial nos Estados Unidos, por meio do chamado Chapter 15, a Lei de Falências norte-americana. A regra possibilita às empresas estrangeiras terem seu processo estendido nos EUA, protegendo ativos que detêm no País.

O movimento já era esperado na esteira da decisão cautelar que a companhia obteve na semana passada na Justiça do Rio de Janeiro e que suspendeu por 30 dias a execução de cobranças de suas dívidas. Ao mesmo

tempo em que se movimentou nos EUA, a Oi avalia entrar em um novo processo de recuperação judicial no Brasil.

O pedido pelo Chapter 15 foi feito na Corte de Falências de Nova York, em Manhattan. O caminho seguido pela Oi é similar ao da Americanas, que também recorreu à Lei de Falências dos EUA no último mês ao mergulhar em uma crise sem precedentes desde a identificação de R\$ 20 bilhões em inconsistências contábeis.

A medida formalizada nos

Estados Unidos teve o objetivo de validar lá fora a tutela de urgência concedida pela Justiça do Brasil protegendo a empresa contra execuções de dívidas por credores. A vinculação dos processos faz que todos os credores da Oi se submetam às decisões da Justiça brasileira, onde está centralizado o caso da companhia.

Na semana passada, a 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro concedeu à Oi e às suas subsidiárias Portugal Telecom e Oi Brasil Holdings, o direito de suspensão de certas obrigações assumidas pelo prazo de 30 dias.

Isso veio após a tele admitir que não tinha condições de arcar com o pagamento de R\$ 600 milhões em dívidas cujo vencimento ocorreria no último dia 5. O montante incluía títulos de dívidas emitidos no mercado internacional, os chamados bonds.

A tutela de urgência antecipou medidas de proteção às empresas previstas no âmbito da recuperação judicial. Oficialmente, a Oi continua fora da recuperação judicial. A sentença

que determinou o fim do processo foi proferida em dezembro - ainda que não tenha sido transitada em julgado.

Diante da sua situação financeira delicada, a tele está na iminência de protocolar um novo pedido de recuperação judicial no Brasil, o que não aconteceu até o fim desta quarta-feira.

A Oi tem procurado manter vivas as negociações com os bancos e o detentores de bonds para chegar a um acordo de refinanciamento das dívidas - o que passa pela injeção de capital, deságio no valor a pagar e postergação dos vencimentos.

"Um acordo é improvável, mas essa chance existe", disse uma fonte que faz parte das conversas. Com isso, a decisão de a companhia seguir pela recuperação judicial por aqui só deverá ser tomada perto do fim do prazo de 30 dias de validade da tutela de urgência.

DEMISSÕES

Exxon Mobil cortará custos ao reorganizar unidades

A Exxon Mobil combinará unidades de negócios como parte de uma reorganização corporativa contínua que cortará custos e eliminará alguns empregos. A petrolífera norte-americana, que registrou um lucro recorde em 2022, planeja formar três novas organizações, sob as quais se juntarão várias unidades menores ainda este ano, como seus grupos de serviços financeiros, compras e atendimento ao cliente, de acordo com um memorando que foi enviado aos funcionários e obtido pelo The Wall Street Journal.

A reorganização do negócio provavelmente resultará em um número limitado de cortes de empregos ao longo do tempo, à medida que alguns cargos se tornam redundantes e trabalhadores são realocados, de acordo com pessoas familiarizadas com o assunto, embora não esteja claro quantos empregos serão afetados.

A Exxon disse no memorando que o plano de consolidação "não é sobre reduções de pessoal". "Queremos processos mais simples e ferramentas mais modernas que nos permitam trabalhar com mais rapidez e menos frustração, com menor custo", disse a empresa no comunicado.

A empresa anunciou ainda que espera que a instalação de captura de hidrogênio, amônia e carbono de baixo carbono de Baytown produza um bilhão de pés cúbicos de hidrogênio de baixo carbono por dia, tornando-se o maior projeto de hidrogênio de baixo carbono do mundo com inicialização planejada para 2027-2028.

Mais de 98% do CO2 associado produzido pela instalação, ou cerca de 7 milhões de toneladas métricas por ano, deverá ser capturado e armazenado permanentemente. A rede de captura e armazenamento de carbono que está sendo desenvolvida para o projeto será disponibilizada para uso por emissores de CO2 terceirizados na área em apoio aos seus esforços de descarbonização.

"Este projeto nos permite oferecer volumes significativos de hidrogênio e amônia com baixo teor de carbono para clientes terceirizados em apoio aos seus esforços de descarbonização", disse Dan Ammann, presidente da ExxonMobil Low Carbon Solutions. "Além disso, espera-se que o projeto permita uma redução de até 30% nas emissões de escopo 1 e 2 de nosso complexo integrado de Baytown, ao mudar do gás natural como fonte de combustível para o hidrogênio de baixo carbono."

PELO MUNDO

PROTEÇÃO AOS TRABALHADORES EM "GIG ECONOMY"

por **Suellen Scariz**



Advogada no Brasil e Mestre em Ciências Jurídico-Políticas - Menção em Direito Constitucional pela Universidade de Coimbra, exerce funções na Câmara Municipal de Portugal

A REVOLUÇÃO 4.0 é resultado de uma inovação tecnológica, a "internet das coisas", o Big Data, repercutindo reflexos nas mais diversas esferas jurídicas, bem como nas relações de trabalho.

Nesse contexto, insere-se o trabalho por meio de plataformas digitais, através da "gig economy" em que há intermediação entre o prestador de serviços e o cliente por meio de aplicativos, com prestação de serviços de acordo com a demanda.

A PANDEMIA de coronavírus e as medidas de enfrentamento e afastamento social (Lei 13.479/20) aceleraram a demanda por trabalhadores que prestam serviços através de aplicativos. Finalmente em 2022 foi promulgada a Lei 14.297/22, que

traz medidas de proteção asseguradas aos entregadores (art. 1º).

NO ENTANTO, A LEI fez a ressalva de que as medidas previstas deviam ser asseguradas até que seja declarado o término da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin), ou seja, a lei tem a característica de ser temporária.

Entretanto, analisando as medidas previstas na referida Lei, uma crítica que se faz diz respeito à validade de tais previsões somente para o período de calamidade pública, o que fere princípios como o do não retrocesso e da condição mais benéfica, podendo ferir até mesmo o patamar mínimo civilizatório.

UMA VEZ QUE HÁ previsão de

direitos mínimos a serem garantidos ao trabalhador, tendo por base a dignidade da pessoa humana, o valor social do trabalho, a redução dos riscos inerentes ao trabalho, a promoção da saúde e do meio ambiente do trabalho sadio e seguro.

NESSE SENTIDO, o fornecimento de água potável e sanitários, seguro contra acidentes de trabalho (art. 20, Lei 8213/91), fornecimento de máscaras e álcool gel, assistência financeira em razão de afastamento por infecção (arts. 3º/6º, da Lei 14/297/22), junto com outras medidas de proteção, deveriam ser perenes e não temporárias.

Da mesma forma, a previsão de que o bloqueio e/ou a extinção da conta do trabalhador de uma pla-

taforma sejam fundamentados é um direito igualmente fundamental, que não pode ser "transitório".

TRATA-SE DA CHAMADA transparência algorítmica e coaduna-se com a LGPD, que coloca a boa-fé, a transparência e a prestação de contas como princípios aplicáveis ao tratamento de dados pessoais, prevenindo o direito de solicitar revisão de decisões automatizadas.

INDEPENDENTEMENTE da discussão doutrinária e até de decisões judiciais divergentes acerca da existência ou não de vínculo empregatício, conclui-se pela necessidade de preservação dos direitos previstos na referida lei, permitindo ao Judiciário a aplicação da Lei mesmo após o período da calamidade pública.

INSATISFAÇÃO

Presidente da Turquia admite falhas na resposta ao terremoto

O governante visitou a província de Hatay, a mais afetada pelo desastre e reforçou que o clima frio é um fator que não colabora com as operações de emergência

O presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, reconheceu que houve falha na resposta ao terremoto de magnitude 7,8 que atingiu a Turquia e a Síria na segunda-feira passada, dia 6, e causou a morte de mais de 16 mil pessoas.

O governante visitou a província de Hatay, a mais afetada pelo desastre natural e reforçou que o clima frio também é um fator que não colabora com as operações de emergência. "Não é possível estar preparado para tal desastre", afirmou Erdogan. Turcos criticaram as ações do governo e disseram que as equipes de resgate demoraram a chegar nos locais atingidos, e o presidente destacou que o "não deixará nenhum cidadão desculpado".

A medida que cresce o número de mortes provocadas pelo terremoto que atingiu a Turquia, aumenta a insatisfação da população frente a reação do governo de Recep Erdogan ao desastre. Até agora, o terremoto causou mais de 16 mil pessoas na Turquia e na Síria.

Candidato à reeleição em maio, Erdogan usou a visita ao local da tragédia para atacar adversários políticos que, segundo ele, espalham "mentiras e calúnias" sobre as ações do governo. Enquanto isso, o líder da oposição, Kemal Kilicdaroglu, atribuiu à gestão de atual os efeitos devastadores do terremoto, ao dizer que o presidente não preparou o país para uma catástrofe como essa e fez mau uso do dinheiro disponível.

Os socorristas seguem em busca de pessoas soterradas nos escombros. Vários países, inclusive o Brasil, se mobilizaram para ajudar no resgate das vítimas, contudo, para especialistas, as chances de encontrar sobreviventes passaram três dias da tragédia é pequena. "As primeiras 72 horas são consideradas críticas", disse o especialista em riscos naturais da

Nottingham Trent University, Steven Godby, à Associated Press. "A taxa de sobrevivência em 24 horas, em média, é de 74%; após 72 horas, é de 22%; e no quinto dia, é de 6%", acrescentou ele.

Para o professor de planejamento e gerenciamento de emergência da University College London, David Alexander, dados de terremotos anteriores confirmam a dificuldade para encontrar vítimas soterradas à essa altura. "Estatisticamente, hoje é o dia em que vamos parar de encontrar pessoas. Isso não significa que devemos parar de procurar.", afirmou.

O professor disse também que o número exato de mortos pode demorar a ser conhecido devido à quantidade de escombros. Ainda assim, o número de vítimas fatais já superou o de um terremoto de magnitude 7,8 que matou 8.800 pessoas no Nepal em 2015, o que fez dos tremores na Turquia e na Síria o terremoto mais letal da década.

"Enfrentamos dificuldades no início com os aeroportos e as estradas, mas hoje estamos melhores e amanhã estaremos melhores", disse Erdogan em Kahramanmaraş, em resposta às críticas. "Estamos diante de um grande desastre. Meu povo sempre tem paciência. Tenho certeza de que minha nação mostrará paciência novamente."

"Onde está o Estado? Onde está?", perguntava desesperado um homem que se identificou como Ali, enquanto diminuía suas esperanças de encontrar com vida o irmão e o sobrinho presos entre os escombros em Kahramanmaraş.

"Onde estão as tendas, os food trucks?", questionou Melek, 64, em Antakya, no sul do país, à agência de notícias Reuters. "Não vimos nenhuma distribuição de comida aqui, ao contrário do que houve em desastres locais anteriores. Sobrevivemos ao terremoto, mas vamos morrer de fome ou de frio aqui", afirmou. Equipes de emergência



Erdogan usou a visita ao local da tragédia para atacar adversários políticos que espalham "mentiras e calúnias"

usam picaretas, pás e britadeiras para cavar através de metal retorcido e concreto - e ainda mantém a esperança de retirara sobreviventes. Mas em muitos lugares, o foco das equipes mudou para a demolição de prédios instáveis.

Apesar das comovidas histórias de resgates milagrosos - como o da menina que pro-

tegeu o irmão sob escombros e o do pai que foi resgatado segurando a mão da filha morta - a realidade das dificuldades enfrentadas pelos sobreviventes se impôs. O tamanho da tragédia também aumentou. Na quinta-feira, o número de mortos superou o número de vítimas do terremoto de 2011 em Fukushima, no Japão, que pro-

vocou um tsunami, matando mais de 18.400 pessoas.

Mais de 72 horas após o terremoto, o período com mais possibilidades de encontrar sobreviventes, as autoridades temem um aumento dramático do número de vítimas devido ao elevado número de pessoas que, calculam, continuam presas nos escombros.

tável nos níveis local, nacional e global.

Já o secretário-geral da agência, Juan Carlos Salazar, destaca acordos feitos entre a Icao e os governos sobre metas de zero acidentes fatais até 2030 e zero emissões de carbono até 2050.

A Icao ressalta que o número de aeronaves comerciais em serviço em 2022 reflete a recuperação geral do tráfego, com as estimativas atuais de 75% dos níveis pré-pandêmicos.

No ano passado, os pedidos e entregas de aeronaves principais fabricantes Airbus e Boeing cresceram 53% para encomendas e 20% para entregas, em comparação ao ano anterior.

As compras em 2022 superaram o patamar de 2019, indicando a recuperação da demanda de aeronaves. As estimativas atuais para carga aérea em 2022 refletem os níveis de 2021, embora ainda mostrem um pequeno crescimento em comparação com o nível pré-pandêmico.

A expectativa é de um ritmo de crescimento da carga aérea menor em 2023, devido à desaceleração da economia global.

Entretanto, ao longo prazo, a tendência é que haja um forte aumento no setor de aviação internacional.

REPRESSÃO

Ortega liberta 200 presos políticos para os EUA

O governo autoritário de Daniel Ortega na Nicarágua libertou na quinta-feira, 9, mais de 200 presos políticos, incluindo políticos da oposição e líderes empresariais, e os colocou em um avião com destino aos Estados Unidos, segundo parentes dos detidos e relatos da imprensa.

Os prisioneiros enfrentaram algumas das condições mais duras em qualquer prisão da América Latina, de acordo com suas famílias. Muitos tiveram seus livros e materiais escritos negados por mais de um ano, tiveram pouco acesso ao sol ou ar fresco e acesso limitado aos membros da família. Um prisioneiro, Hugo Torres, 73, morreu no cativeiro.

Vários dos presos planejavam concorrer contra o presidente Daniel Ortega nas eleições de 2021. Mas eles foram detidos antes da votação, e Ortega obteve um quarto mandato consecutivo.

O líder nicaraguense lançou uma onda de repressão que incluiu a prisão de ativistas de direitos humanos e líderes cívicos e o fechamento de cerca de 3.000 grupos não governamentais. Ortega ajudou a liderar a revolução sandinista que derrubou uma ditadura no país em 1979.

Ao mesmo tempo, a Justiça da Nicarágua cassou indefinidamente os direitos políticos de 14 presos do país, de acordo com denúncia do Centro Nicaraguense de Direitos Humanos (Cenidh), medida classificada pela organização de "aberração jurídica".

A sentença, emitida pela juíza Nadia Tardencilla, proíbe os alvos da decisão, por toda a vida, de concorrerem em quaisquer eleições ou de exercer cargos públicos.

A punição, segundo o Código Penal do país, não pode ultrapassar a duração da pena principal. Segundo o Cenidh, os 14 atingidos foram condenados por conspiração à integridade nacional e suposta divulgação de notícias falsas, delitos com penas de cinco anos cada um e que resultaram em dez anos de prisão.

"Trata-se de uma afronta ao direito, à inteligência, à comunidade internacional e aos órgãos internacionais de direitos humanos", afirmou o grupo em nota. "Denunciamos essa barbárie jurídica, essa perseguição indiscriminada que destrói não só a institucionalidade, mas também qualquer vestígio de segurança jurídica que havia no país. É o aniquilamento dos presos políticos, de quem exigimos a liberdade imediata."

Entre os condenados estão os sacerdotes Ramiro Tijerino, Sadiel Eugarríos, José Luis Díaz e Raúl Vegas, os seminaristas Darwin Leiva e Melkin Centeno e o cinegrafista Sergio Cárdenas.

O processo judicial é criticado pelo Cenidh e pela mídia independente que ainda resiste à repressão local. Nos últimos anos, Ortega dominou o Legislativo e avançou sobre o Judiciário, nomeando juizes da Suprema Corte para viabilizar a aprovação de leis de seu interesse, como a que estende a duração das prisões preventivas.

Existem hoje 245 opositores presos no país, que se autocratizou após as manifestações contra a reforma da Previdência proposta pelo regime de Ortega em 2018. Durante os protestos, ao menos 355 pessoas foram mortas, segundo a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

VIAGENS

Agência de aviação prevê recuperação total em 2023

A Organização Internacional de Aviação Civil, Icao, afirma que este ano, haverá mais pessoas usando o avião e garantindo o nível do lucro pré-pandemia. A agência da ONU aposta numa recuperação total do setor com a subida do número de viagens internacionais.

Segundo a Icao, a recuperação acontecerá na maioria das rotas no primeiro trimestre. Até o final do ano, haverá um crescimento de cerca de 3% em relação à performance de 2019.

Após três anos consecutivos de perdas, a Icao acredita que as companhias aéreas retornem à lucratividade operacional no último trimestre de 2023. E que a procura de passageiros aéreos por viagens em 2024 seja mais forte, cerca de 4% superior à de 2019.

A rápida recuperação já vinha acontecendo em 2022, quando o número de passageiros aéreos aumentou cerca de



Aeroporto: as companhias aéreas devem retornar à lucratividade operacional no último trimestre de 2023

47% em relação ao ano anterior. No mesmo período, as empresas aéreas tiveram um crescimento de 70% na receita, puxado pelas rotas internacionais.

Em termos de receita anual de passageiros das companhias aéreas, a Icao observou uma alta estimada em 50% de 2021 a 2022.

O presidente do Conse-

lho da Icao, Salvatore Sciacchitano, acredita que para garantir a recuperação segura, protegida e sustentável dos serviços aéreos será fundamental o desenvolvimento susten-

AGENDA AMBIENTAL

Lula e comitiva embarcam para o primeiro encontro com Biden

A união dos dois chefes de Estado será pela defesa da democracia e o combate ao extremismo catapultado por seus rivais, Trump e Bolsonaro, após os episódios antidemocráticos ocorridos

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva embarcou na manhã de quinta-feira, 9 para Washington DC, nos Estados Unidos, onde se reunirá pela primeira vez com o chefe da Casa Branca, Joe Biden. Lula vai acompanhado de uma comitiva ministerial. Imagens divulgadas pelo Palácio de Planalto mostram que o vice-presidente Geraldo Alckmin o acompanhou até a entrada no avião presidencial.

"Embarcando para os EUA para encontro com o presidente Biden. Até a minha volta no sábado, @geraldoalckmin fica na Presidência", escreveu Lula, em seu perfil no Twitter.

A previsão é de que o presidente desembarque em Washington DC no início da noite, por volta das 18h, pelo horário de Brasília, duas horas atrás dos EUA. Não há compromissos oficiais para quinta-feira.

Além da comitiva ministerial, o presidente brasileiro viaja acompanhado da primeira-dama, Janja da Silva. Eles ficarão hospedados na Blair House, residência oferecida a convidados internacionais de relevância. Lula se reúne com o chefe da Casa Branca na sexta-feira, 10, às 17h30, no horário de Brasília, pela primeira vez desde a sua posse, em janeiro.

A rápida visita aos EUA, a agenda divulgada pelo Planalto prevê encontros com o senador Bernie Sanders, deputados do partido Democrata e ainda com representantes da Federação Americana de Trabalho e Congresso de Organizações Industriais (AFL-CIO, na sigla em inglês). O último compromisso da sexta-feira será o encontro com Biden.

Na pauta, a união dos dois chefes de Estado para defender a democracia e combater o extremismo catapultado por seus rivais, os ex-presidentes Donald Trump e Jair Bolsonaro, após os episódios antidemocráticos ocorridos nos EUA e no Brasil, e a retomada das rela-



Alckmin e Lula: "embarcando para os EUA para encontro com o presidente Biden. Até a minha volta no sábado, @geraldoalckmin fica na Presidência"

ções bilaterais entre os países. Temas como agenda ambiental, além de questões econômicas, com as cadeias de suprimentos no foco após os estragos deixados pela pandemia, também integram a pauta.

O presidente brasileiro será acompanhado dos ministros Mauro Vieira, de Relações Exteriores; Fernando Haddad, da Fazenda; Marina Silva, do Meio Ambiente; Anielle Franco, de Igualdade Racial; do assessor especial, embaixador Celso Amorim, e do secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento e Comércio, Marcio Elias Rosa.

Lula deve deixar Washington DC no sábado, dia 11, às 12h30, no horário de Brasília, retornando ao Brasil.

A conversa preliminar de Jake Sullivan, conselheiro de segurança nacional dos Estados Unidos, com o presidente,

em dezembro passado, despertou nos americanos a sensação de que a reunião entre o brasileiro e o presidente Joe Biden terá um tom construtivo. "Pelo que tive notícia, quando Jake Sullivan esteve no Brasil houve uma reunião extraordinária, na qual os dois passaram por uma série de temas internacionais, domésticos", afirmou Ian Bremmer, fundador da consultoria de risco político Eurasia Group, que avalia que é de interesse da Casa Branca construir uma relação sólida com o Brasil, durante o governo Lula.

"Biden certamente quer um relacionamento forte com o Brasil, especialmente depois da Cúpula das Américas do ano passado", disse Bremmer, que classificou o evento como um dos piores fóruns multilaterais. Realizada em Los Angeles (EUA), em junho de 2022, a Cúpula das Américas foi um evento esvaziado, que deixou claro o declí-

nio da influência americana no hemisfério.

A decisão dos americanos de excluir Venezuela, Cuba e Nicarágua do fórum gerou boicote de outros países da região, como o México, importante parceiro dos americanos. Os presidentes de El Salvador, Guatemala e Honduras também não compareceram. O cenário levou Biden a fazer uma inflexão na sua política de não se encontrar com o ex-presidente Jair Bolsonaro e convidar o brasileiro para um encontro bilateral, o que garantiu a presença do Brasil na Cúpula, que vinha sendo descrita por analistas como um fracasso.

A intenção de criar um forte laço com o Brasil, na avaliação de Bremmer, fará Biden colocar a discussão sobre democracia no centro do debate, mas também dar espaço para outros assuntos, como meio ambiente e comércio. "Lula é uma voz forte

sobre meio ambiente, em oposição a Bolsonaro, e Biden também deve abrir questões como comércio, investimentos, há oportunidade para discutirem mais sobre essas áreas", afirma o fundador da Eurasia.

A ideia de Lula de discutir um "clube da paz" para intermediar negociações para o fim da guerra da Ucrânia, na visão de Bremmer não deve receber o respaldo de Biden. "Não há negociações sobre a Ucrânia. No momento, os dois países estão apenas escalando a guerra. As coisas não estão se movendo na direção em que Lula estaria confortável para discutir, não acredito que essa será uma prioridade para o encontro dos dois", afirma Bremmer. O brasileiro propõe que países que não estejam envolvidos, ainda que indiretamente, na guerra entre russos e ucranianos, negociem uma solução para o fim do conflito.

Amcham aproveita viagem de Lula para lançar agenda

Por ocasião da reunião marcada para a sexta-feira, 10, entre os presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e dos Estados Unidos, Joe Biden, em Washington, a Amcham Brasil apresentou na quinta-feira, 10, uma agenda de fortalecimento das relações bilaterais. A avaliação é de que, com o intercâmbio comercial em seu auge histórico, o momento favorece uma aproximação ainda maior entre os países em pautas estratégicas.

O documento apresenta propostas para aprofundamento da parceria em três eixos: meio ambiente e clima, o que inclui o fomento da transição energética; cadeias produtivas; e comércio e investimentos.

Entre as possibilidades, a Amcham cita a cooperação contra o desmatamento, inclusive no Fundo Amazônia, e um plano de ações com vista à maior integração das cadeias de produção, tendo como foco setores considerados estratégicos, como semicondutores, produtos de saúde e fertilizantes. Também reitera, dentro da pauta de comércio e investimentos, a demanda por um acordo que trate da dupla tributação dos fluxos de capital e de mercadorias entre os países.

A Amcham pede ainda que Brasil e Estados Unidos avancem na remoção de barreiras não tarifárias no comércio bilateral, além da desburocratização de exportação e importação.

"O momento é oportuno para uma maior aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos. Há considerável convergência entre ambos os governos em torno das pautas sobre meio ambiente, fortalecimento produtivo e democracia, o que oferece uma plataforma para uma parceria mais ambiciosa e estratégica", declara Abrão Neto, CEO da Amcham Brasil.

ENTREVISTA MELVYN LEVITSKY, ex-embaixador dos EUA no Brasil entre 1994 e 1998

A reunião do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o americano Joe Biden na sexta-feira, 10, em Washington, é uma forma de mostrar o apoio dos Estados Unidos à eleição e à democracia brasileira, mas também de dar o pontapé em uma relação bilateral mais ativa. A avaliação é de Melvyn Levitsky, que foi embaixador dos EUA no Brasil entre 1994 e 1998, diplomata americano durante 35 anos e é atualmente professor de Relações Internacionais da Universidade de Michigan.

"Acho que a relação vai ser mais positiva agora. Em termos de convite, é um gesto simbólico grande chamá-lo à Casa Branca", afirmou o ex-embaixador, em entrevista ao Estado. Levitsky, que conheceu Biden e Lula, imagina que a conexão entre os dois será positiva. Ele disse não acreditar, no entanto, que os EUA apoiarão a ideia de Lula de intermediar o que chama de "clube da paz", para negociar uma saída para a guerra da Ucrânia, com outros países que não estão envolvidos no conflito. "Os americanos não irão criticar o movimento do Brasil, mas não vejo interesse em ter o país envolvido em negociações ou atividades diplomáticas", afirmou o ex-embaixador.

Ex-embaixador dos EUA diz que não há inclinação real para clube da paz

A defesa da democracia contra autoritarismos é apontada pelos dois países como pauta do encontro. O que podemos esperar que saia desta reunião, além do simbólico?

O Brasil passou por um processo eleitoral com muitas questões muito parecidas com o que aconteceu nos EUA. Os apoiadores do (Jair) Bolsonaro invadiram o Congresso, o que também aconteceu aqui. Mas o Brasil é, em todo caso, um país importante internacionalmente. A relação entre Brasil e EUA é importante e há inúmeras coisas para discutir entre os dois países. Convidar o presidente para a Casa Branca mostra nosso apoio pela eleição e pela democracia brasileira. É um encontro importante, tanto do ponto de vista simbólico como prático em uma série de outras questões.

Na comparação com a relação que estava estabelecida com o ex-presidente Jair Bol-



sonaro, como definiria o novo momento dos dois países?

Às vezes acho que Bolsonaro era o (Donald) Trump do Brasil. Às vezes, que Trump era o Bolsonaro dos EUA. Eles tinham as mesmas inclinações e faziam intervenções pessoais em questões econômicas e políticas. Acho que a relação vai ser mais positiva agora. Em termos de convite, é um gesto simbólico grande chamá-lo à Casa Branca. Não era ruim a relação dos Estados Unidos com Bolso-

sonaro, mas pode ser muito mais ativa do que era.

A questão climática também deve ser central no encontro. Quais oportunidades podem surgir, nos dois países, com o alinhamento sobre meio ambiente?

Quando eu estava no Brasil (como embaixador), ouvia muito o discurso "a Amazônia é nossa". Desta vez, acredito que o tema ambiental não será contencioso, porque os

EUA não estão tentando impor uma posição, não vejo relutância por parte do governo Lula e Biden, senador, foi muito ativo no processo de sabatina. Ele é um presidente que está envolvido com assuntos internacionais há muito tempo, como senador e vice-presidente, e acho que os dois vão se dar muito bem. São dois presidentes que veem a relação internacional como algo importante. Nas eleições que levaram FHC à Presidência, eu tentei me encontrar, no Brasil, com alguns candidatos para entender quem eles eram. Conheci Fernando Henrique, mas com Lula não consegui um encontro. Depois da eleição, com Lula derrotado, eu o convidei para um almoço na embaixada. Ele foi, com Aloizio Mercadante e alguns conselheiros. Ali tive uma impressão muito diferente do Lula, na comparação com a que tive na campanha. Lembro de enviar um relato para o governo (americano) em tom muito positivo."

Há espaço para Lula emplacar o que ele chama de "clube da paz" e se colocar como um negociador de uma solução para a guerra na Ucrânia?

Não. Na ONU, o Brasil é uma voz importante, mas não estamos neste estágio. Não há inclinação real de buscar outros países, de fora da área, envolvidos em qualquer tipo de negociação. É natural a ambição, para um país grande como o Brasil, mas não acredito que haverá resposta dos EUA. Os americanos não vão criticar o movimento do Brasil, mas não vejo interesse em ter o país envolvido em negociações ou atividades diplomáticas.

Lula teve boa conexão com

JUROS

PT vai ampliar pressão sobre o BC

Partido aproveita a controvérsia em torno da política monetária para disputar os rumos do governo com siglas aliadas, na tentativa de impor uma linha desenvolvimentista na economia

A cúpula do PT quer enquadrar o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e há quem defenda até mesmo sua substituição, sob o argumento de que a atual gestão à frente da autarquia pode levar o governo a uma crise política incontornável. Agora, dirigentes do partido não apenas endossam a pressão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o Banco Central para reduzir a taxa básica de juros como avaliam que é preciso defender a reorientação da política monetária.

Enquanto ministros tentam amenizar o confronto entre Lula e o BC, deputados e senadores do PT aproveitam a controvérsia em torno da política monetária para disputar os rumos do governo com siglas aliadas de centro e centro-direita, na tentativa de impor uma linha "desenvolvimentista" à condução da economia.

"O fato de o presidente do Banco Central ter mandato não dá a ele autorização para a irresponsabilidade", disse a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), ao defender uma posição que será levada à reunião do Diretório Nacional do PT, na segunda-feira. "Ter mandato não significa ser imexível."

No encontro de quarta-feira, 8, com o Conselho Político da Coalizão - composto por partidos da base aliada do governo -, Lula recebeu apoio na ofensiva contra o atual patamar de juros, hoje em 13,75% ao ano. "A gente não tem que pedir licença para governar, a gente foi eleito para governar", afirmou Lula, no Palácio do Planalto. "A gente não tem que tentar agradar a ninguém (...), tem que agradar ao povo brasileiro, que acreditou num programa que nos trouxe até aqui. É esse programa que nós vamos cumprir."



Gleisi Hoffmann: "o fato de o presidente do Banco Central ter mandato não dá a ele autorização para a irresponsabilidade"

Gleisi pediu a palavra para cumprimentar Lula pelas cobranças ao Banco Central. "Não há justificativa para um juro de 13,75% e uma meta de inflação inexequível. Não temos risco fiscal. Tudo isso vai trazer recessão e desemprego", insistiu a presidente do PT. "O Brasil tem o juro real mais alto do mundo. Em segundo lugar está o México. A postura do Banco Central joga o País na instabilidade. Se a economia der errado, a democracia estará ameaçada", completou ela.

Para o presidente da Solidariedade, Paulo Pereira da Silva, Campos Neto ficou "à mercê" da Faria Lima. "O Banco Central não pode ser o Vaticano, que está dentro da Itália, mas quem manda é o papa", provocou Paulinho da Força, como é conhe-

cido o ex-deputado. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, participou do encontro e observou que, com juros de 13,75%, não há como fazer a economia girar.

"A temperatura está alta lá fora. Aqui em Brasília está quente, mas há um debate. Tenho certeza absoluta de que o presidente Lula tem e sempre terá uma relação harmônica com o Banco Central Todos no País querem juros mais baixos", amenizou o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

Embora não tenham manifestado reparo à posição de Lula durante a reunião, integrantes do MDB e do União Brasil - partidos que, juntos, ocupam seis dos 37 ministérios - avaliaram culpado o Banco Central pela crise

econômica pode ter efeito contrário, interferindo tanto nas expectativas de inflação como no câmbio. "Eu defendo a autonomia do Banco Central como proteção contra ideologias e até contra mercados", destacou o senador Renan Calheiros (MDB-AL). "Mas nenhum presidente do BC pode se manter atrelado ao governo que o nomeou."

Nas redes sociais, Gleisi comparou a administração da autarquia à "última trincheira do bolsonarismo no poder". A deputada disse ser preciso enfrentar esse debate. "O preço do dólar está sempre oscilando, com Lula falando ou não. O Brasil tem reservas internacionais. A nossa dívida é interna e não há risco de não pagá-la. Estão doídos", perguntou Gleisi, ao rebater críticas de quem vê a estrat-

gia de Lula como muito radical.

A presidente do PT também defendeu uma reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) para reorientar a política monetária de acordo com a realidade econômica do País, "que exige estímulo para crescimento, investimento e criação de emprego". Haddad e a ministra do Planejamento, Simone Tebet, integram o CMN.

O deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) apresentou requerimento de convocação de Campos Neto à Comissão de Finanças e Tributação da Câmara para que ele explique a manutenção da taxa de juros em 13,75% e "erro contábil" no fluxo cambial em um cenário de desaceleração da economia.

"Lula foi eleito presidente da República e vai deixar um cara

com freio de mão puxado na economia?", questionou Lindbergh. "Se isso continuar, estaremos liquidados e haverá uma imensa crise política." Na mesma linha, o ex-senador Paulo Rocha (PT-PA), que terminou o mandato em dezembro, publicou nas redes sociais a seguinte mensagem: "Renuncia cidadão! O Brasil não aguenta mais o presidente bolsonarista do BC autônomo".

A lei que prevê autonomia para o Banco Central, com mandato de quatro anos para presidente e diretores da autarquia, foi aprovada pelo Congresso há dois anos, no governo de Jair Bolsonaro (PL). O presidente do BC pode ser dispensado em caso de "comprovado e recorrente desempenho insuficiente para o alcance dos objetivos" da autarquia. A exoneração, no entanto, precisa passar pelo crivo do Senado. Os aliados do governo não têm votos suficientes para aprovar a saída de Campos Neto.

"Estamos fazendo um embate político para demarcar um campo e mostrar que temos outra linha de política monetária", destacou o deputado Carlos Zarattini (PT-SP). "O Centrão e a base do governo deveriam apoiar essa política do presidente Lula sobre o Banco Central, já que a maioria é ligada aos pequenos empresários." Para Zarattini, o mercado "nunca" quer perder dinheiro. "Tudo aqui no Congresso é um estica e puxa. Nenhum projeto é aprovado na moleza", observou.

Na avaliação do secretário de Comunicação do PT, Jilmar Tatto (SP), o partido não pode abrir mão de pressionar o Planalto. "O PT tem de ser a cara e a voz do povo no governo Lula. O Banco Central não deixa diminuir a desigualdade social. Então, não podemos aceitar essa situação e vamos discutir isso na reunião do partido, a primeira depois da eleição do Lula", afirmou o deputado.

APOIO

Secretário defende controle de despesas em regra fiscal

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, defendeu a fixação de regra de controle de gastos na nova âncora fiscal. O projeto de lei com o tema será encaminhado em abril ao Congresso. Ceron disse que o crescimento das despesas tem de estar atrelado a uma alta "saúdável" de receitas. "O que pode ou não crescer (de despesa) tem a ver com quanto se terá de receita disponível", disse Ceron. Veja os principais tópicos da entrevista do secretário do Tesouro:

DÉFICIT DAS CONTAS PÚBLICAS. "O ministro Haddad sinalizou que um déficit de menos de 1% do PIB (cerca de R\$ 100 bilhões) seria um resultado muito satisfatório. É o nosso piso. Estou confiante de que vamos atingir. Respiramos todo o tempo para melhorar esse número. Eu miro zerar."

PACOTE FISCAL. "Está em curso. Temos um mês. Tem várias medidas que precisam cumprir a noventena (prazo de 90 dias para entrar em vigor). Está indo de forma satisfatória. Em abril, teremos o impacto cheio das medidas. Acredito que vamos superar as expectativas sobre o pacote."

MERCADO. "É preciso dar tempo ao tempo. Fizemos o anúncio das medidas do pacote. Um mês depois, a maior parte das casas do mercado já alinhou a previsão para um déficit em

torno de R\$ 100 bilhões e R\$ 120 bilhões. Vai ganhando credibilidade ao longo do tempo."

CONGRESSO. "Tenho visto sinalizações muito positivas de ajudar e encontrar um bom caminho do diálogo. Naquilo que não há consenso, buscar aprimoramento, mas prosseguir."

REGRAS FISCAL. "Acho importante, sim, ter uma regra de controle de despesas. A regra que está posta (o teto de gastos) é impossível. Há despesas que têm crescimento real. O teto congela as despesas. Para mudá-lo, teria de ser algo acima disso (um crescimento real, acima da inflação). Esse crescimento tem de estar ancorado numa alta saudável de receitas, que tem a ver com o crescimento econômico. O que pode ou não crescer (de despesa) tem a ver com quanto terá de receita disponível para não gerar um problema de superendividamento lá na frente."

TABELA DO IR. "O Imposto de Renda não afeta exatamente o resultado primário das contas do governo porque terá uma medida de compensação. Se formos fazer um ajuste no sentido de desonerar algumas faixas ou elevar o limite de isenção em termos de salário mínimo, tem vários desenhos possíveis, tem que compensar."

PROGRAMA DESENROLA. "A intenção é sair ainda neste mês.

Se o desenho final for atender até quem ganha dois salários mínimos, é um universo de 50 milhões de pessoas. É muita gente."

DESONERAÇÃO DA GASOLINA E DO ALCOOL. Como o ministro (Haddad) já tinha sinalizado, não há nenhuma discussão em curso (para prorrogar). O que está posto é que, a partir de março, volta a incidência dos tributos federais."

REFORMA TRIBUTÁRIA x REGRA FISCAL. "Não sei se tem risco em votar a reforma tributária antes da regra fiscal. Há uma convergência para aprovação célere da reforma tributária. Se ela acontecer, tem de aproveitar o momento. Ela é importantíssima."

CARGA TRIBUTÁRIA NEUTRA. "Não temos uma discussão de aumento da carga. Mas temos a busca da carga tributária de 2022. É um patamar necessário para manter o Estado brasileiro solvente. Para ser abaixo disso, precisaria ser um Estado menor, o que a sociedade não quer. Ela quer um suporte social. Precisa ter um Estado saudável. Não adianta fingir que existe Estado grátis."

BOLSA FAMÍLIA. "Se for verificado o número de beneficiários não elegíveis, (a economia) poderia ser até maior. Estão falando de 1,5 milhão a 2 milhões de beneficiários.

PLURALIDADE

Professores saem em defesa de retorno de Janaína à USP

Docentes da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, ligada à Universidade de São Paulo (USP), saíram em defesa do retorno da deputada estadual Janaína Paschoal (PRTB) às salas de aula da instituição, onde leciona direito penal. Na segunda-feira, 6, o Centro Acadêmico XI de Agosto, representação política dos estudantes, divulgou um abaixo-assinado contra a volta da parlamentar, alegando que ela "não é mais bem-vinda" após ter tido uma "contribuição indecente para o País" nos últimos anos.

O diretor e a vice-diretora da faculdade, Celso Campilongo e Ana Elisa Liberatore Bechara, emitiram uma nota em que lembram os direitos de "livre manifestação do pensamento e a liberdade de consciência" garantidos pela Constituição de 1988, que se aplicam também às diretrizes das atividades intelectuais e científicas: "É na trilha dos mandamentos constitucionais que garantem a liberdade de cátedra e a livre manifestação do pensamento de todos os seus docentes que a Faculdade reafirma seu compromisso continuado e inabalável com a construção da democracia e o crescente respeito às diferenças".

Em artigo publicado em um site jurídico, o ex-diretor

da São Francisco Floriano de Azevedo Marques Neto, que afirma ter ideias "absolutamente opostas" às de Janaína, defendeu que o desejo de proibir o retorno da parlamentar às salas de aula é um "desrespeito à história de pluralidade" da instituição.

"Queremos proibir que um professor reassuma sua docência, especialmente pelo fato deste docente professor ideias com as quais discordamos, para além de ferir as liberdades constitucionais, é um desrespeito à história de pluralidade que marca o Largo de São Francisco. Janaína pode representar tudo com que discordo, mas é professora e, portanto, deve ser tratada com respeito e com a tradição plural das Arcadas", escreveu.

Marques Neto também lembrou que a deputada estadual é concursada, portanto, deve retornar ao posto assim que sua licença acabar. "Terminada sua licença para exercer mandato de deputada, tem o direito e o dever de retomar suas atividades", disse. Janaína afirmou que o seu mandato será concluído no dia 14 de março e que já informou ao departamento que está disponível para retomar suas aulas a partir do dia 15.

A opinião de Marques Neto foi endossada pelos departa-

mentos de Direito do Estado (DES) e Filosofia e Teoria Geral do Direito (DFD). Em nota, as instituições defenderam o histórico do Faculdade de Direito do Largo de São Francisco de defesa e respeito ao pluralismo, à diversidade, à Liberdade de Cátedra e de opinião.

O texto de Marques Neto foi respondido pelos representantes do Centro Acadêmico XI de Agosto. O grupo afirmou que o ex-diretor erra ao defender a parlamentar e argumentam que a instituição não é plural. "A Faculdade de Direito da USP, portanto, não é marcada pela pluralidade, mas sim pela exclusão, a começar pelo perfil histórico do seu corpo discente e docente, que foi por séculos e continua composto por uma classe social com conta bancária e cor de pele definidas".

Segundo o Centro Acadêmico XI de Agosto, o direito de retomar as atividades docentes é evidente, mas não a priva de receber críticas quanto a sua atuação pública. "Todavia, isso não a torna imune do questionamento legítimo por parte dos estudantes sobre os seus atos políticos. A responsabilização sobre aquilo que os professores dizem e fazem deve ocorrer, seja nas instâncias internas da universidade ou no debate político", afirma a entidade, em nota.

GRIPE AVIÁRIA

Paraná pedirá ao governo federal para tornar a Região Sul autônoma

Mesmo que não tenham sido identificados casos da doença no Brasil, a situação requer atenção do governo estadual e dos agentes privados, dada a proximidade do Estado de países com focos

Em meio aos focos de influenza aviária na América do Sul, o Paraná, maior produtor de frangos do País, intensifica as ações sanitárias de prevenção e controle dos plantéis. Entre as medidas, o governo do Estado pretende solicitar ao Ministério da Agricultura tornar o Estado ou a região Sul uma unidade autônoma, como ocorreu com a peste suína clássica quando foi reconhecido como área autônoma e como zona livre da doença.

"Estamos crescendo, abrindo novos mercados, fortalecendo posições e, portanto, precisamos evoluir até mesmo para uma decisão técnica política com Executivo de constituir ou o Paraná o Sul do País, onde está 70% da avicultura nacional, uma unidade autônoma, isolada do resto do Brasil. Se, por exemplo, o vírus ingressar no Amazonas, deruba o nosso status perante o mundo", disse o secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado, Norberto Ortigara, durante o Show Rural Coopavel, feira agrícola realizada pela cooperativa Coopavel.

De acordo com o secretário, mesmo que não tenham sido identificados casos da doença no Brasil, a situação requer atenção do governo estadual e dos agentes privados, dada a proximidade do Estado de países com focos da doença, embora o Brasil siga livre de gripe aviária. "Estamos preocupados porque Estados Unidos, Colômbia, Peru, Equador, Bolívia, Uruguai e Paraguai já identificaram a doença. Isso nos preocupa porque res-



Norberto Ortigara: "estamos crescendo, abrindo novos mercados, e, portanto, precisamos evoluir até mesmo para uma decisão técnica política com Executivo"

pondemos por 34% da produção, por 40% da exportação da carne de frango e é o segundo produto que mais gera valor no campo paranaense", pontuou.

Ele defende que a medida de constituir o Estado uma unidade autônoma foi bem-sucedida na prevenção e controle

da peste suína clássica. "A tendência é que sigamos tecnicamente e politicamente nessa direção. Isso já foi objeto de conversa nossa com o novo secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura na semana passada. Vamos também reforçar medidas de biossegurança

para não termos um desastre caso essa enfermidade ingresse no nosso Estado", acrescentou. Nesta semana, o governo estadual reuniu a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), o Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Estado do Paraná (Sindiviapar) e o

Comitê de Sanidade Avícola para debater o tema.

Ortigara ressaltou que o Estado adota plano de prevenção contra gripe aviária desde 2011, quando os criadores passaram a ser obrigados a possuir tela nos aviários para limitar a entrada de animais externos. Outra ação ado-

tada no momento, segundo o secretário, é o reforço dos inquéritos sorológicos de aves caseiras no Estado.

O secretário observa que a região do Estado que faz fronteira com o Paraguai, onde já existem focos da doença, é monitorada em parceria com o Ministério da Agricultura por meio do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro). "Na região, estamos junto com governo federal reforçando medidas sanitárias de ingresso e, eventualmente, podemos até evoluir para um aperto na entrada. O problema é que o vetor pode ser uma ave migratória, um pássaro qualquer, e não temos como ter controle sobre isso, mas temos a possibilidade de reforçar as medidas de biossegurança no entorno dos aviários para evitar o ingresso", comentou.

O governador do Paraná, Ratinho Júnior (PSD), disse que o Estado vai conversar com Santa Catarina e Rio Grande do Sul para formarem um bloco isolado dos demais Estados brasileiros. "É um planejamento de prevenção caso esse vírus fique mais perto ou chegue ao Brasil. Paralelamente, estamos intensificando as ações com os órgãos de controle e defesa sanitária do Estado, reforçando investimento para ampliar monitoramento com testes e fazer acompanhamento genético em toda a produção para evitar a entrada da doença", afirmou. "Isso nos preocupa, mas na parte pública estamos construindo mecanismos para evitar a entrada da gripe aviária."

ONDA VERDE

Condomínio em Porto Alegre alcança o título de mais sustentável do Brasil

Parece quase impensável ter um dia a dia com baixíssimo impacto ambiental, principalmente sem abrir mão do conforto e da tecnologia. Mas um edifício residencial de Porto Alegre, capital gaúcha, alcançou esse feito. Localizado no Bairro Petrópolis, o IDEA Bagé tem a sustentabilidade como prioridade em cada detalhe desde a concepção. A preocupação da incorporadora Capitânia foi tão minuciosa que o prédio é o primeiro do país a conquistar a certificação de sustentabilidade mais elevada do Green Building Council Brasil.

A categoria Platina do GBC Brasil Condomínio® foi obtida devido ao alcance de 91 dos 110 pontos possíveis na análise do órgão. Os critérios rigorosos contemplam aspectos como o uso racional da água, os materiais e recursos utilizados, a qualidade ambiental interna e até requisitos sociais, dentre uma lista extensa de exigências. O reconhecimento inédito torna o IDEA Bagé a maior referência do Brasil em sustentabilidade residencial.

O empreendimento conta com uma seleção de itens sustentáveis: materiais certificados e declarações ambientais de produto atestam o ciclo de

vida e baixo impacto ambiental do edifício. Além disso, a redução de custos pelo uso eficiente da água, fontes de aquecimento solar e iluminação natural e outras tecnologias geram valorização patrimonial e receita extra. Para completar, o edifício está próximo de recursos, transportes e praças e é favorecido pela vegetação nativa presente na fachada e demais áreas do prédio.

O IDEA Bagé é um condomínio sustentável de alto padrão, conforme explica a arquiteta Mauren Neutzling, da MÓN Arquitetura, responsável pela certificação: "Nós criamos um ecossistema aliando tecnologia com o uso inteligente de recursos e energia. O empreendimento agrega elementos, como a localização, alinhados com a otimização dos recursos naturais, tecnologia de materiais e benefícios econômicos".

O condomínio alia automação e internet das coisas com diferenciais sustentáveis exclusivos: sistema de painéis fotovoltaicos com capacidade de gerar toda a energia elétrica necessária para manter a área condominial do edifício e ainda abastecer em torno de 30% da energia dos apartamentos, sistema de aqueci-

mento de água central através da energia solar, aplicação de Internet das Coisas (IoT), sensores inteligentes que medem instantaneamente os consumos de água, energia e gás e controlam sistemas do prédio, para o consumo consciente de água e energia, fachada autolimpante e termicamente eficiente, coleta da água da chuva e da gerada pela condensação dos aparelhos de ar-condicionado para utilização em irrigação e espera individual para carro elétrico em todos boxes-estacionamento. Também tem sacadas e brises móveis na fachada, para melhor aproveitamento da luz e melhoria do conforto térmico, vidros que reduzem a entrada de calor e bloqueiam os raios ultravioleta, e oferece bicicletário, portaria autônoma virtual e iluminação 100% em LED.

Quem reconheceu o diferencial do condomínio foi o GBC Brasil, organização sem fins lucrativos que faz parte do movimento global World Green Building Council, presente em mais de 70 países ao redor do mundo. O GBC tem a missão de fomentar o desenvolvimento da indústria nacional da construção civil, com foco na sustentabilidade

socioambiental.

A Certificação GBC Brasil Condomínio® é voltada para o mercado imobiliário residencial do país e visa promover a transformação do setor da construção por meio de estratégias desenvolvidas para alcançar objetivos como mitigação dos impactos da mudança climática, melhoria da saúde humana e bem estar do morador, proteção e restauração de recursos hídricos e desenvolvimento da economia verde.

Mauro Touguinha, engenheiro e sócio da Capitânia, faz parte da equipe que desenvolveu o conceito IDEA, de edifícios focados em sustentabilidade desde a concepção, passando pela construção até o dia a dia dos moradores. O engenheiro elucida que o mercado de construção está atento ao crescente entendimento de que a sociedade precisa endereçar a crise climática através de mudanças de atitude no impacto que gera. Porém, ainda segundo ele, o setor ainda engatinha no quesito sustentabilidade: "Ainda existe muita desinformação sobre o tema, o que faz com que certos players do mercado se aproveitem dessa crescente 'onda verde'. Isso se comprova,

por exemplo, no implemento de apenas alguns equipamentos e acessórios, sem seguir à risca princípios importantes."

Para ele, é a atenção especial a cada material e método utilizado no edifício que tornaram o IDEA Bagé modelo para o restante do segmento:

"Em contraste com alguns empreendimentos que colocam meia dúzia de painéis fotovoltaicos ou uma cisterna para recolher água da chuva e se dizem prédios sustentáveis, no IDEA Bagé houve um grande comprometimento entre as pessoas envolvidas, com o intuito de ir a fundo na busca por soluções ecológicas. Cada detalhe foi pensado e foi isso que garantiu o recebimento do selo GBC Platina. Essa certificação máxima é o reconhecimento, feito por um órgão com credibilidade internacional, de que o IDEA Bagé é um edifício verdadeiramente sustentável".

O selo GBC Platina é uma garantia de qualidade para o consumidor e comprova que a empresa responsável pelo projeto está preocupada com as práticas ambientais, sociais e de governança corporativa. Além de ser eco friendly, o edifício também faz diferença no bolso dos morado-

res. Os engenheiros responsáveis pelo projeto estimam uma economia total para o condomínio de R\$ 8.099.000,00, equivalente a R\$ 933.220,00 para cada uma das unidades, ao longo dos 50 anos de vida útil do prédio.

"O IDEA Bagé avança o conceito IDEA de sustentabilidade, que agrega inovação e diferenciais exclusivos em prol de construções com consciência ambiental", afirma o arquiteto e sócio da Capitânia Renato Turquenitch. Segundo ele, a tecnologia sustentável é duplamente benéfica, pois garante economia de recursos e de dinheiro para os moradores.

Nos apartamentos, os detalhes são pensados levando a sustentabilidade aliada à economia em consideração. O sistema de aquecimento de água central solar reduz o consumo de gás em mais de 80%. Chuveiros com certificação LEED atendem aos requisitos de construções sustentáveis, reduzindo a metade o consumo de água dos banhos. O sistema de descarga dos vasos sanitários reduz, em 30%, o consumo de água dos mesmos.

Touguinha explica que a certificação comprova diferenças do IDEA Bagé para outros prédios, como a melhor gestão e controle dos processos operacionais e gerenciais do condomínio e de cada residência, com instrumentos para verificação de desempenho e consumo de energia, água e gás, proporcionando melhoria contínua. Isso tudo ainda qualifica o edifício para descontos fiscais, subsídios de zoneamento e outros incentivos financeiros.

CARNAVAL

Ingressos populares para desfiles se esgotam em menos de 2 horas

Quem fez a reserva do ingresso pela internet deve realizar o pagamento em dinheiro no próximo sábado (11), no estande da Central de Vendas da Liga Independente das Escolas de Samba (Liesa) no Setor 11

Em menos de duas horas, os 13 mil ingressos populares para as arquibancadas dos Setores 12 e 13 da Marquês de Sapucaí se esgotaram. A pré-venda começou às 9h de quarta-feira (8). De acordo com os responsáveis, a busca foi recorde pelos desfiles das escolas de samba do Grupo Especial, considerada a elite do carnaval carioca. O valor dos ingressos era R\$ 15, sem cobrança de taxas.

Quem fez a reserva do ingresso pela internet deve realizar o pagamento em dinheiro no próximo sábado (11), no estande da Central de Vendas da Liga Independente das Escolas de Samba (Liesa) no Setor 11 do Sambódromo. A entrada é pela Avenida Salvador de Sá. O atendimento ao público será das 10h às 16h.

Quem não fizer o pagamento terá a reserva cancelada. Se sobram ingressos por falta de pagamento, serão postos à venda em outra data, ainda não definida.

Segundo a Liesa, com as reservas dos setores populares, já estão esgotadas todas as entradas (arquibancadas especiais e populares, cadeiras individuais e frisas). Os ingressos de camarotes ainda podem ser comprados diretamente com os responsáveis por cada uma das áreas VIPs.

A procura pelos ingressos para o carnaval 2023 animou o presidente da Liesa, Jorge Perlingeiro. "Podemos antecipar que o Sambódromo baterá um recorde de público no Rio Carnaval 2023, com uma expectativa de 100 mil foliões por noite, entre compradores de ingressos, sambistas, e os mais diversos prestadores de ser-



A procura pelos ingressos para os desfiles das escolas de samba do carnaval 2023 animou o presidente da Liesa, Jorge Perlingeiro.

viços", disse.

Para o diretor de Marketing da Liesa, Gabriel David, a venda recorde dos ingressos das arquibancadas, frisas e camarotes é uma importante fonte de receita para as escolas. "É o maior número atingido na história do carnaval. Isso é um dinheiro, um repasse, que é feito diretamente da Liga para as escolas de samba. A gente pode ver, que a principal receita que as escolas têm durante o ano, aumentou, ainda mais, para o carnaval de 2023", disse.

David lembrou que a garantia de receita para as escolas favorece a melhoria dos desfiles. "É muito importante para que as escolas possam apresentar cada vez mais um bellissimo espetáculo, que é isso que o público quer ver. É isso que a cidade, o estado do Rio de Janeiro e o país querem mostrar para o mundo e para todos um pouco da nossa cultura e da nossa arte. Sem dívidas, é fundamental esse aumento expressivo de venda de ingressos para o carnaval".

A procura se estendeu aos desfiles da Série Ouro, que já foi chamada de Série A e de Grupo de Acesso. Segundo a Central Liesa, responsável também pela comercialização de ingressos para as escolas deste grupo no Sambódromo, já foram vendidas todas as frisas para as apresentações que vão ocorrer nos dias 17 e 18.

MARLIN NAVEGAÇÃO S.A.

CNPJ/ME sob nº 20.854.869/0001-00 - NIRE nº 33.3.0031305-2

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de dezembro de 2022. 1. Data, Hora e Local: Em 13 de dezembro de 2022, às 09:30 horas, na sede da Marlin Navegação S.A. ("Companhia") localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Lauro Muller, nº 116, sala 2605, Botafogo, CEP 22.290-160. **2. Presença e Convocação:** Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Presença de Acionistas, sendo, portanto, dispensada a convocação prévia nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **3. Mesa:** Presidente: Fábio Manuel Guiso da Cunha; Secretária: Natalia Santiago da Rocha. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a alteração de determinados termos e condições da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, da Companhia, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, ("Debêntures" e "1ª Emissão", respectivamente), que se encontram previstos no "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Firme, da Marlin Navegação S.A.", celebrado em 10 de fevereiro de 2015 entre a Companhia e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (CNPJ/ME nº 17.343.682/0001-38), representando a comunhão dos titulares das Debêntures, com a intervenção anuência da Poseidon Participações S.A. (CNPJ/ME nº 19.560.759/0001-57), conforme aditado de tempos em tempos, e registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o nº ED33000604-000/6, em 20 de fevereiro de 2015 ("Escritura de Emissão"), bem como a celebração do décimo primeiro aditamento e consolidação à Escritura de Emissão ("Décimo Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão"); (ii) aprovação para alteração, de 12 (doze) para 2 (dois) meses, do prazo dos contratos da Companhia contabilizados no cálculo da Razão de Garantia, com a consequente modificação da Cláusula 2.2 do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças ("Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis"), com a consequente celebração do Quinto Aditamento ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças ("Quinto Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis"); (iii) a autorização à Diretoria da Companhia para celebrar todos os documentos e seus eventuais aditamentos e praticar todos os atos necessários para refletir as matérias constantes do item "(i)" e "(ii)" acima; e (iv) a ratificação de todos os atos já praticados relacionados às deliberações acima. **5. Deliberações:** Após o exame, a discussão e a votação das matérias constantes da ordem do dia, o único acionista deliberou, sem qualquer ressalva: **5.1.** Aprovar a alteração da Cláusula 6.4.1, item "(i)" da Escritura de Emissão, a fim de alterar o prazo de cura constante da Cláusula 6.4.1 item "(i)" da Escritura de Emissão, de modo a prever que a Companhia terá o prazo de 10 (dez) dias corridos, para realização, até o primeiro dia útil subsequente ao fim do prazo de cura, do Pagamento do Principal e do Pagamento da Remuneração, sem incidência de qualquer Encargo Moratório desde que adimplida a obrigação durante tal prazo de cura. **5.1.1.** Em razão do disposto no item 5.1 acima, aprovar a celebração do Décimo Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão, com a inclusão das definições dos termos "AGE Marlin Décimo Primeiro Aditamento" e "Décimo Primeiro Aditamento" na Cláusula "1. Definições" da Escritura de Emissão, bem como a alteração da redação da Cláusula 6.4.1 item "(i)" da Escritura de Emissão, que passarão a ter as seguintes redações abaixo: **"1. Definições (...)** **AGE Marlin Décimo Primeiro Aditamento:** A Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 13 de dezembro de 2022, que aprovou a celebração do Décimo Primeiro Aditamento à Escritura. **Décimo Primeiro Aditamento:** Significa o "Décimo Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Firme, da Marlin Navegação S.A.", celebrado em 13 de dezembro de 2022, por e entre a Emissora e o Agente Fiduciário, com a intervenção e anuência da Poseidon. **6.4.1.** Na ocorrência de qualquer das hipóteses descritas abaixo, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de Assembleia Geral de Debituristas e/ou aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial: (i) Não pagamento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, não sanado até o primeiro Dia Útil subsequente ao prazo de 10 (dez) dias contados da respectiva data de vencimento, observado que (a) durante referido prazo de cura não incidirão Encargos Moratórios; e (b) findo tal prazo de cura, incidirão Encargos Moratórios desde a data originalmente prevista para pagamento da referida obrigação pecuniária (inclusive) até a data do referido pagamento, sem prejuízo da declaração automática do vencimento antecipado das Debêntures em caso de descumprimento do referido prazo de cura; **5.2.** Aprovar a alteração, de 12 (doze) para 2 (dois) meses, do prazo dos contratos da Companhia contabilizados para fins de cálculo da Razão de Garantia, passando a Cláusula 2.2 do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis a vigorar com a seguinte redação (sem alteração a suas subcláusulas): **"2.2 A partir da Data de Emissão das Debêntures até o fim, integral e pontual cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, a soma dos Recebíveis ou dos contratos que venham a substituí-los deverá corresponder, em relação aos contratos da Companhia com prazo superior a 2 (dois) meses, à razão de, no mínimo 30% (trinta por cento) do faturamento líquido consolidado da Companhia correspondente a tais contratos ("Razão de Garantia") durante (i) os 3 (três) meses imediatamente anteriores à primeira Data de Verificação; (ii) os 6 (seis) meses imediatamente anteriores à segunda Data de Verificação; (iii) os 9 (nove) meses imediatamente anteriores à terceira Data de Verificação; e (iv) os 12 (doze) meses imediatamente anteriores à cada Data de Verificação subsequente. O cumprimento da Razão de Garantia deverá ser verificado todo dia 15 de cada mês de março, junho, setembro e dezembro de cada ano (cada uma, uma "Data de Verificação"), ou no primeiro dia imediatamente seguinte caso dia 15 não seja, pelo Agente Fiduciário até o fim, integral e pontual cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, por meio da análise das notas fiscais emitidas pela Companhia e pela Netuno durante cada período aplicável. A Companhia e a Netuno deverão encaminhar ao Agente Fiduciário até o 10º (décimo) dia de cada mês em que esteja prevista uma Data de Verificação (i) as notas fiscais emitidas pela Companhia e pela Netuno a todos os seus clientes durante cada período aplicável, para fins de verificação da Razão de Garantia; e (ii) os relatórios de medição emitidos pela Petrobras ou por qualquer cliente da Companhia e/ou de suas controladas, para fins de confirmação das que a totalidade das notas fiscais aprovadas pelo tomador dos serviços foi fornecida. A primeira Data de Verificação será 15 de setembro de 2021". **5.3.** Autorizar a Diretoria da Companhia a celebrar todos os documentos e seus eventuais aditamentos e praticar todos os atos necessários para a efetivação das deliberações dos itens "5.1" e "5.2" acima, incluindo, mas não se limitando, a celebração do Décimo Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão e do Quinto Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis. **5.4.** Ratificar todos os atos já praticados relacionados às deliberações acima até o arquivamento da presente ata no órgão competente. **6. Encerramento:** Finalizando os trabalhos, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata. Reabertos os trabalhos, esta Ata, redigida na forma prevista pelo Artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações, foi lida, aprovada e assinada pelos presentes, que autorizam a publicação na forma de sumário. Acionista: Poseidon Participações S.A.; Fábio Manuel Guiso da Cunha - Presidente; Natalia Santiago da Rocha - Secretária. A presente ata é cópia fiel da que se encontra lavrada no livro de Atas de Assembleias Gerais. Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2022. **Mesa:** Fábio Manuel Guiso da Cunha - Presidente; Natalia Santiago da Rocha - Secretária. Jucerja nº 5231967 em 30/12/2022.**

POSEIDON PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME sob nº 19.560.759/0001-57 - NIRE nº 333.0031077-1

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de dezembro de 2022. 1. Data, Hora e Local: Em 13 de dezembro de 2022, às 9:00 horas, na sede da Poseidon Participações S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Lauro Muller, nº 116, sala 2605, Botafogo, CEP 22.290-160. **2. Presença e Convocação:** Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Presença de Acionistas, sendo, portanto, dispensada a convocação prévia nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **3. Mesa:** Presidente: Fábio Manuel Guiso da Cunha; Secretária: Natalia Santiago da Rocha. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a celebração, pela Companhia, na qualidade de interveniente anuente, do décimo primeiro aditamento e consolidação ao "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Firme da Marlin Navegação S.A." ("Décimo Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão da Marlin"), no âmbito da primeira emissão, pela Marlin Navegação S.A. ("Marlin"), em série única, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real ("Debêntures" e "1ª Emissão", respectivamente), objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Escritura de Emissão"); e (ii) a autorização à Diretoria da Companhia para celebrar todos os documentos e seus eventuais aditamentos e praticar todos os atos necessários à realização do Décimo Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão da Marlin; e (iii) a ratificação de todos os atos já praticados relacionados às deliberações constantes dos itens "(i)" e "(ii)" acima. **5. Deliberações:** Após o exame, a discussão e a votação das matérias constantes da ordem do dia, o único acionista deliberou, sem qualquer ressalva: **5.1.** Aprovar a celebração, pela Companhia, na qualidade de interveniente anuente, do Décimo Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão da Marlin, para prever a (i) alteração da Cláusulas 6.4.1 item "(i)" da Escritura de Emissão, a fim de alterar o prazo de cura constante da Cláusula 6.4.1 item "(i)" da Escritura de Emissão, de modo a prever que a Emissora terá o prazo de 10 (dez) dias corridos, para realização, até o primeiro dia útil subsequente ao fim do prazo de cura, do Pagamento do Principal e do Pagamento da Remuneração, sem incidência de qualquer Encargo Moratório desde que adimplida a obrigação durante tal prazo de cura. **5.1.1.** Em razão do disposto no item 5.1 acima, aprovar a celebração do Décimo Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão, com a inclusão das definições dos termos "AGE Marlin Décimo Primeiro Aditamento" e "Décimo Primeiro Aditamento" na Cláusula "1. Definições" da Escritura de Emissão, bem como a alteração da redação da Cláusula 6.4.1 item "(i)" da Escritura de Emissão, que passarão a ter as seguintes redações abaixo: **"1. Definições (...)** **AGE Marlin Décimo Primeiro Aditamento:** A Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 13 de dezembro de 2022, que aprovou a celebração do Décimo Primeiro Aditamento à Escritura. **Décimo Primeiro Aditamento:** Significa o "Décimo Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Firme, da Marlin Navegação S.A.", celebrado em 13 de dezembro de 2022, por e entre a Emissora e o Agente Fiduciário, com a intervenção e anuência da Poseidon. **6.4.1.** Na ocorrência de qualquer das hipóteses descritas abaixo, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de Assembleia Geral de Debituristas e/ou aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial: (i) Não pagamento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, não sanado até o primeiro Dia Útil subsequente ao prazo de 10 (dez) dias contados da respectiva data de vencimento, observado que (a) durante referido prazo de cura não incidirão Encargos Moratórios; e (b) findo tal prazo de cura, incidirão Encargos Moratórios desde a data originalmente prevista para pagamento da referida obrigação pecuniária (inclusive) até a data do referido pagamento, sem prejuízo da declaração automática do vencimento antecipado das Debêntures em caso de descumprimento do referido prazo de cura; **5.2.** Autorizar a Diretoria da Companhia para celebrar todos os documentos e seus eventuais aditamentos e praticar todos os atos necessários à realização do Décimo Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão da Marlin, incluindo o referido instrumento, para fins de refletir as alterações pertinentes. **5.3.** Ratificar todos os atos já praticados relacionados às deliberações acima até o arquivamento da presente ata no órgão competente. **6. Encerramento:** Finalizando os trabalhos, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata. Reabertos os trabalhos, esta Ata, redigida na forma prevista pelo Artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações, foi lida, aprovada e assinada pelos presentes, que autorizam a publicação na forma de sumário. A presente ata é cópia fiel da que se encontra lavrada no livro de Atas de Assembleias Gerais. Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2022. **Mesa:** Fábio Manuel Guiso da Cunha - Presidente; Natalia Santiago da Rocha - Secretária. Jucerja nº 5231297 em 29/12/2022.

CONCESSÃO DE LICENÇA

POSTO MINISTER LTDA inscrito sob o CNPJ: 33.832.882/0001-00, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo **EIS-PRO-2022/09764**, Licença Ambiental Municipal de Instalação nº EIS-LMI-2023/00001, com validade de **03/01/2023** à **03/01/2025** para Instalação de Sistema de Abastecimento de Gás Natural Veicular - GNV, situado na Avenida Cesário de Melo, nº 10.371 - Paciência - Rio de Janeiro/RJ.

PERSPECTIVA

Em encontro do Lide, Cláudio Castro fala em credibilidade e investimentos no Rio

O governador do Estado do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, foi o palestrante convidado para o encontro de empresários do Lide, o Grupo de Líderes Empresariais, realizado nesta quinta-feira (9/2), em Copacabana. Durante o evento, o governador apresentou as ações de sua gestão que devolvem credibilidade ao Estado e possibilitaram a retomada da economia fluminense. Além disso, anunciou que trabalha em um Plano Estadual de Reindustrialização, para gerar emprego e renda.

De acordo com Castro, essa recuperação do Rio de Janeiro está focada em três pilares: o resgate da credibilidade, a gestão com investimentos e o foco no crescimento. O governador destacou, entre outras ações, a concessão do saneamento, que possibilitou a criação do PactoRJ, maior programa de investimentos da história fluminense, uma injeção de R\$ 17 bilhões em ações e projetos.

"O Rio de Janeiro passou por crises que estamos superando. Renegociamos dívidas, colocamos as contas em dia, regularizamos a folha de pagamento dos servidores e devolvemos ao Estado a capacidade de negociar. Melhoramos o ambiente de negócios e estamos trabalhando por um estado verde, que promove a sustentabilidade. O orçamento deste ano, por exemplo, está todo ligado aos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) estabelecidos pela ONU", ressaltou o governador.

O governador anunciou ainda que o estado caminha para ser o maior polo logístico do país, com os novos portos de Maricá e o porto seco de Angra dos Reis, que vai permitir o escoamento da produção de café de Minas Gerais.

"Também estamos concluindo a Ponte da Integração, que vai facilitar o acesso ao Porto do Açu. Estamos investindo na recuperação de estradas, melhorando também o transporte da produção do nosso estado", completou Cláudio Castro.

Outra aposta do governador é potencializar a vocação do Rio de Janeiro como Estado da Energia, já que o território fluminense é responsável por 83% da produção nacional de petróleo e 68% da produção de gás natural. A ideia é tornar o Rio um grande polo gerador de energia e uma referência na transição energética do Brasil para uma matriz mais limpa.

"Também estamos investindo em ações e projetos estratégicos que dependem da parceria com o Governo Federal, como a nova subida da Serra de Petrópolis, a construção da Transbaixada, a implantação da rota 4B e a conclusão da EF-118, a ferrovia que liga o Porto do Açu, no Norte do Estado, à cidade de Anchieta, no Espírito Santo. Estamos ainda dialogando para solucionar os impasses das concessões dos aeroportos Internacional Tom Jobim - Galeão e Santos Dumont, que já vem apresentando melhoras", destacou Cláudio Castro.

CEBOLA

Índice de preços da Ceagesp fecha três meses de janeiro em queda de 2,62%

No acumulado de 12 meses, índice da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo registra alta de 5,43%. O setor de diversos puxou o desempenho no mês, com variação negativa de 9,76%. O índice de preços da cebola nacional, que começou o mês comercializada, em média, a R\$ 5,50/kg e encerrou o período com um preço médio de R\$ 3,85/kg, redução de 30%. Entre a primeira e a segunda semana de janeiro, o produto registrou um aumento de 57,4% no volume

de entrada (no entreposto), informou a Ceagesp.

O setor de frutas registrou queda de 4,20% no mês e, nos últimos 12 meses, alta de 11,70%. As principais reduções foram do limão taiti (-45,03%), abacate geada (-29,31%) e banana nanica (-23,93%) e as principais altas do mamão havaí (+44,75%), melancia (+33,90%) e manga Tommy Atkins (+18,58%). Sobre o limão taiti, a Ceagesp registrou, até a semana do dia 20, aumento de 60% no volume de entrada do produto. "Com o bom abastecimento da fruta no mercado atacadista, o produto encerrou o período com um preço médio de R\$ 1,38/kg."

Cebola nacional começou o mês comercializada a R\$ 5,50/kg e encerrou com preço médio de R\$ 3,85/kg, redução de 30%

O índice de preços da Ceagesp encerrou o mês de janeiro em queda de 2,62%. No acumulado de 12 meses, o índice registra alta de 5,43%. O setor de diversos puxou o desempenho no mês, com variação negativa de 9,76%. Isso se deu principalmente pelo arrefecimento de preço da cebola nacional, que começou o mês comercializada, em média, a R\$ 5,50/kg e encerrou o período com um preço médio de R\$ 3,85/kg, redução de 30%. Entre a primeira e a segunda semana de janeiro, o produto registrou um aumento de 57,4% no volume

MOTTU II S.A.

Em Constituição

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO REALIZADA EM 05 DE JANEIRO DE 2023

1. Data, hora e local: em 05 de janeiro de 2023, às 09:00 horas, na sede social, localizada na Rua Agostinho Cantu, nº 207, Anexo E N 209, Sala 2, Butantã, CEP: 05501010, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. **2. Presença:** A totalidade dos Acionistas Fundadores da sociedade representando a totalidade dos subscritores do Capital Social, conforme assinaturas apostas no Livro de Registro de Presença de Acionistas. **3. Convocação:** Dispensada a comprovação da convocação prévia desta assembleia pela imprensa, face o comparecimento dos acionistas, conforme facultado pelo § 4º do artigo 124, da Lei 6.404/76. **4. Acionistas:** **MOTTU LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA**, sociedade inscrita no CNPJ: 35.237.331/0001-24, com sede na Rua Agostinho Cantu, nº 207, Anexo E N 209, Butantã, na cidade de São Paulo - SP, CEP: 05.501-010, neste ato representada por seu procurador o Sr. Rubens Octavio Pereira Zanelatto, brasileiro, solteiro, empresário, nascido na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, em 22 de janeiro de 1987, filho do Sr. Eliezer Naum Zanelatto e da Sra. Rosemar Coelho Pereira, portador da Cédula de Identidade RG nº 84858072, expedida por SSP/PR em 20 de junho de 2012, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPFME") sob nº 055.855.529-29, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Mario Ferraz, nº 339, Apto. 131, Jardim Europa, CEP 01453-010. Conforme se verifica pelas assinaturas no Livro de presença, conferido este com o Boletim de Subscrição. Iniciados os trabalhos, assumiu a presidência por aclamação dos presentes o Sr. **Rubens Octavio Pereira Zanelatto**, que convidou a **Min. Camilla Ceolin Lima**, Advogada, OAB: MG152308, CPF: 100.950.486-00, para secretariar a Assembleia, o que aceitou. **5. Ordem do Dia:** a) Constituição de uma sociedade de capital fechado, leitura, discussão e aprovação do estatuto; b) Subscrição e forma de integralização das ações; c) Eleição dos membros para composição da Diretoria; d) Eleição dos membros do Conselho de Administração; e) Eleição do Conselho Fiscal; f) A lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76; Iniciando os trabalhos, o Senhor Presidente comunicou que o projeto do estatuto social, já do conhecimento de todos e cujo teor segue em anexo devidamente assinado, fazendo parte integrante e inseparável desta ata, constituindo os dois instrumentos num todo, único e indivisível. **6. Deliberações:** Acionistas por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprovaram: a) o **Estatuto Social**, declarada definitivamente constituída a **MOTTU II S.A.**, com sede na Rua Agostinho Cantu, nº 207, Anexo: E N 209, sala 2, Butantã, CEP: 05501010, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a qual iniciará suas atividades logo após o cumprimento de todas as formalidades legais para este tipo societário. b) **Subscrição e Forma de Integralização das Ações:** O capital da sociedade será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.000 (cem mil) ações ordinárias nominativas, e sem valor nominal. Neste ato, a acionista **MOTTU LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA** subscrive 100.000 (cem mil) ações ordinárias nominativas, e sem valor nominal, no valor de R\$ 100.000,00 (dez mil reais) em moeda corrente nacional, correspondente à 10% (dez por cento), do preço de emissão das ações subscritas em dinheiro, conforme dispõe Art. 80 da Lei nº 6.404, cujo preceito disposto no Boletim de Subscrição anexo à presente ata ("Anexo II"). c) **Eleição dos Membros da Diretoria:** Foram eleitos, para o período de 03 anos, para compor a primeira diretoria da sociedade: (I) Sr. **RUBENS OCTAVIO PEREIRA ZANELATTO**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.485.807-2 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob nº 055.855.529-29, para o cargo de Diretor Presidente; e (II) Sr. **LUIGI TEIXEIRA DA COSTA**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 38.001.613-6 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob nº 230.091.458-10 para o cargo de Diretor sem designação específica, ambos com endereço comercial, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Agostinho Cantu, nº 207 e 209, Butantã, CEP: 05501-010, os quais aceitarão os cargos, conforme Termos de Posse e Desempimento anexas à presente ata, bem como endereço comercial, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Agostinho Cantu, nº 207 e 209, Butantã, CEP: 05501-010, conforme Termos Posse e Desempimento anexos à presente ata. e) **Conselho Fiscal:** Por não ser de funcionamento permanente, nem ter havido solicitação dos acionistas, não foi constituído o Conselho Fiscal, uma vez que a lei e o estatuto, assim o permitem. f) A lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76; **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrado o trabalho pelo qual se quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, após lida e aprovada por todos os representantes e assinada. **8. Assinaturas:** Composição da Mesa: Presidente: Sr. Rubens Octavio Pereira Zanelatto; e Secretária: Sra. Camilla Ceolin Lima. **9. Acionistas Presentes:** MOTTU LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA. A presente ata é cópia fiel da original, lavrada e assinada por todos os presentes em livro próprio. São Paulo/SP, 05 de janeiro de 2023. **MESA:** Rubens Octavio Pereira Zanelatto - **Presidente;** Camilla Ceolin Lima - **Secretária;** Camilla Ceolin Lima - **Advogada** - OAB: MG152308. JUCESP NIRE nº 333060881-0 em 27.01.2023. **10. SIMBOLO:** Símbolo Ceolin - Secretária Geral. **ANEXO II - ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DO MOTTU II S.A.** REALIZADA EM 05 DE JANEIRO DE 2023. **ESTATUTO SOCIAL DA MOTTU II S.A. Capítulo I - Denominação, Objeto Social, Sede e Duração:** Artigo 1º - A sociedade de anônima denominar-se-á **MOTTU II S.A.** e será regida por este estatuto social ("Estatuto"), pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelas demais legislações aplicáveis às sociedades anônimas. **Artigo 2º** - A sociedade tem por objeto locação e leasing de meios de transporte terrestre sem condutor, por período de longo ou curta duração. **Artigo 3º** - A sociedade tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Agostinho Cantu, nº 207, Anexo E N 209, Sala 2, Butantã, CEP: 05501-010. Por deliberação da diretoria, poderão ser criadas filiais ou estabelecimentos em qualquer localidade do país ou do exterior. **Artigo 4º** - O prazo de duração da sociedade é indeterminado. **Capítulo II - Capital Social e Ações:** Artigo 5º - O capital social da sociedade é de R\$100.000 (cem mil reais), representado por 100.000 (cem mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro:** Cada ação ordinária responderá a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Parágrafo Segundo:** A sociedade, por deliberação da Assembleia Geral, poderá criar outras classes e espécies de ações. **Parágrafo Terceiro:** As ações são indivisíveis em relação à sociedade, não sendo reconhecido mais de um proprietário para cada ação. **Artigo 6º** - A sociedade poderá, por deliberação da Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações em favor dos administradores e empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à sociedade sob o controle da Sociedade. **Artigo 7º** - Com a inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas, fica comprovada a respectiva propriedade das ações. **Capítulo III - Assembleia Geral:** Artigo 8º - A Assembleia Geral constitui o órgão deliberativo da Sociedade com poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto da Sociedade e tomar as decisões que julgar convenientes à sua defesa e ao seu desenvolvimento. **Artigo 9º** - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente até 30 de abril de cada ano civil e, extraordinariamente, nos casos legais ou previstos neste Estatuto, sempre que os interesses sociais o exigirem, guardadas as prescrições legais. **Artigo 10º** - Inobstante os demais casos previstos no artigo 123 da Lei nº 6.404/76, a convocação da Assembleia Geral será feita pelo Presidente do Conselho de Administração ou por outro Conselho; ou, ainda, pelos Diretores, nesse caso, em conjunto de dois. **Parágrafo Único:** Todas as convocações deverão indicar o ordem do dia, explicitando ainda, no caso de reforma estatutária, a matéria objeto de alteração. **Artigo 11º** - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou qualquer Diretor ou qualquer acionista, que convidará um dos acionistas presentes ou qualquer advogado para secretariar os trabalhos. **Parágrafo Primeiro:** Para comprovar sua titularidade, os acionistas deverão apresentar à Sociedade documento de identificação quando da realização da Assembleia Geral, sendo que serão considerados acionistas aqueles identificados no Livro de Ações da Sociedade até o dia da realização da Assembleia Geral, exclusiva. **Parágrafo Segundo:** Serão aceitas representações dos acionistas, desde que por procuração específica apresentada no dia da Assembleia Geral. **Artigo 12º** - As matérias abaixo assinadas poderão ser consideradas aprovadas em Assembleia Geral desde que obtida a prévia e expressa autorização dos detentores dos títulos e valores mobiliários emitidos pela Sociedade, conforme disposições previstas nos respectivos instrumentos de emissão dos referidos títulos e valores mobiliários, as deliberações da Assembleia Geral referentes a: a) Alterações deste Estatuto Social, que modificarem o objeto da realização da Assembleia Geral, b) Deliberação sobre a emissão de ações, bônus de subscrição ou títulos e valores mobiliários, incluindo, mas não se limitando, a emissão de debêntures, fixando o preço de emissão, forma de subscrição e integralização, prazo e forma para o exercício do direito de preferência e outras condições da emissão; c) a emissão de ações, salvo se destinadas para subscrição e integralização total pelos próprios acionistas da sociedade, nas proporções das ações atualmente detidas, e se tais novas ações, conforme o caso, forem automaticamente submetidas à eventual garantia de alienação fiduciária de ações prestada em garantia das emissões de títulos e valores mobiliários realizadas pela sociedade, nos termos do subitem b) acima; d) a emissão de debêntures ou quaisquer outros títulos e valores mobiliários, acima dos eventuais limites previamente autorizados nos instrumentos de emissão dos títulos e valores mobiliários emitidos pela sociedade, nos termos do subitem b) acima; e) autorizar a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros; f) aprovar qualquer fusão, cisão, incorporação e dissolução da sociedade. **Capítulo IV - Administração:** Artigo 13º - A sociedade será administra-

ALLPARK EMPREENDIMENTOS PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS S.A.
CNPJ/ME Nº 06.537.263/0001-66 - NIRE: 35.300.370-06

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 09 DE FEVEREIRO DE 2023

Data, Hora, Local: 09.02.2023, às 11 horas, na sede social, Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1800 – bloco 2º andar – São Paulo/SP. **Convocação:** edital de convocação enviado pelo Presidente do Conselho de Administração, o Sr. Edwyn Neves, conforme correspondência eletrônica (e-mail) enviado aos membros do Conselho de Administração em 03.02.2023, nos termos do Artigo 13, §1º do Estatuto Social da Companhia. **Presença:** presentes em 1ª convocação os membros do conselho de administração: Edwyn Neves, Lian Marques Esteves, Helio Francisco Alves Cerqueira, Joshua Edward Livingstone, Mariane Wiederkehr Grechinski, Fábio Soares de Miranda Carvalho e Luiz Filipe Frazoni Lomonaco Assente e Sr. Renato Antonio Secondo Mazzola. **Mesa:** Presidente: Edwyn Neves; Secretária: Alessandra Martão de Andrade. **Ordem do Dia:** 1) Fixar e aprovar os planos de negócios e de investimentos da Sociedade, propostas pela Diretoria; 2) não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie com garantia real, com garantia fiduciária adicional, para colocação privada, no valor total de até R\$350.000.000,00 na data de emissão ("Data de Emissão"), nominativas e escriturais ("Emissão" e "Debêntures"), a serem emitidas por meio do "Instrumento Particular de Escritura da Décima 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, para Colocação Privada da Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A." ("Escritura de Emissão"), a qual será objeto de colocação privada junto à **Opea Securitizadora S.A.**, com registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM (conforme formulário abaixo), com sede em São Paulo/SP, CNPJ 02.773.542/0001-22 ("Securitizadora"), que irá vincular as Debêntures (conforme abaixo definido) à emissão de certificados de recebíveis imobiliários da 131ª Emissão, em Duas Séries, da Securitizadora ("CRI") que serão colocados junto a investidores no mercado de capitais ("Titulares dos CRI"), por meio de oferta pública, em regime misto de garantia firme e melhores esforços de colocação, sob o rito de registro automático de distribuição nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13.07.2022 ("Resolução CVM 160" e "Oferta", respectivamente), conforme "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 131ª Emissão, em Duas Séries, da Opea Securitizadora S.A.", assinados em 09 de fevereiro de 2023, em conjunto com o "Contrato de Recebíveis e Serviços S.A." ("Termo de Securitização"); ii) a autorização para outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida), em garantia das Escrituras de Emissão; (iii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários para a formalização da deliberação acima mencionada, bem como celebrar todo e qualquer documento necessário à efetivação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas sem limitação, a Escritura de Emissão, o "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, Sob o Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 131ª Emissão, em Duas Séries, da Opea Securitizadora S.A.", assinados em 09 de fevereiro de 2023, em conjunto com o "Contrato de Recebíveis e Serviços S.A." ("Termo de Securitização"); iii) a autorização para outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida), em garantia das Escrituras de Emissão; (iii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários para a formalização da deliberação acima mencionada, bem como celebrar todo e qualquer documento necessário à efetivação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas sem limitação, a Escritura de Emissão, o "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, Sob o Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 131ª Emissão, em Duas Séries, da Opea Securitizadora S.A.", assinados em 09 de fevereiro de 2023, em conjunto com o "Contrato de Recebíveis e Serviços S.A." ("Termo de Securitização"); iii) a autorização para outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida), em garantia das Escrituras de Emissão; (iii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários para a formalização da deliberação acima mencionada, bem como celebrar todo e qualquer documento necessário à efetivação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas sem limitação, a Escritura de Emissão, o "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, Sob o Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 131ª Emissão, em Duas Séries, da Opea Securitizadora S.A.", assinados em 09 de fevereiro de 2023, em conjunto com o "Contrato de Recebíveis e Serviços S.A." ("Termo de Securitização"); iii) a autorização para outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida), em garantia das Escrituras de Emissão; (iii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários para a formalização da deliberação acima mencionada, bem como celebrar todo e qualquer documento necessário à efetivação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas sem limitação, a Escritura de Emissão, o "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, Sob o Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 131ª Emissão, em Duas Séries, da Opea Securitizadora S.A.", assinados em 09 de fevereiro de 2023, em conjunto com o "Contrato de Recebíveis e Serviços S.A." ("Termo de Securitização"); iii) a autorização para outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida), em garantia das Escrituras de Emissão; (iii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários para a formalização da deliberação acima mencionada, bem como celebrar todo e qualquer documento necessário à efetivação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas sem limitação, a Escritura de Emissão, o "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, Sob o Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 131ª Emissão, em Duas Séries, da Opea Securitizadora S.A.", assinados em 09 de fevereiro de 2023, em conjunto com o "Contrato de Recebíveis e Serviços S.A." ("Termo de Securitização"); iii) a autorização para outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida), em garantia das Escrituras de Emissão; (iii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários para a formalização da deliberação acima mencionada, bem como celebrar todo e qualquer documento necessário à efetivação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas sem limitação, a Escritura de Emissão, o "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, Sob o Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 131ª Emissão, em Duas Séries, da Opea Securitizadora S.A.", assinados em 09 de fevereiro de 2023, em conjunto com o "Contrato de Recebíveis e Serviços S.A." ("Termo de Securitização"); iii) a autorização para outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida), em garantia das Escrituras de Emissão; (iii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários para a formalização da deliberação acima mencionada, bem como celebrar todo e qualquer documento necessário à efetivação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas sem limitação, a Escritura de Emissão, o "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, Sob o Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 131ª Emissão, em Duas Séries, da Opea Securitizadora S.A.", assinados em 09 de fevereiro de 2023, em conjunto com o "Contrato de Recebíveis e Serviços S.A." ("Termo de Securitização"); iii) a autorização para outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida), em garantia das Escrituras de Emissão; (iii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários para a formalização da deliberação acima mencionada, bem como celebrar todo e qualquer documento necessário à efetivação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas sem limitação, a Escritura de Emissão, o "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, Sob o Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 131ª Emissão, em Duas Séries, da Opea Securitizadora S.A.", assinados em 09 de fevereiro de 2023, em conjunto com o "Contrato de Recebíveis e Serviços S.A." ("Termo de Securitização"); iii) a autorização para outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida), em garantia das Escrituras de Emissão; (iii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários para a formalização da deliberação acima mencionada, bem como celebrar todo e qualquer documento necessário à efetivação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas sem limitação, a Escritura de Emissão, o "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, Sob o Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 131ª Emissão, em Duas Séries, da Opea Securitizadora S.A.", assinados em 09 de fevereiro de 2023, em conjunto com o "Contrato de Recebíveis e Serviços S.A." ("Termo de Securitização"); iii) a autorização para outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida), em garantia das Escrituras de Emissão; (iii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários para a formalização da deliberação acima mencionada, bem como celebrar todo e qualquer documento necessário à efetivação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas sem limitação, a Escritura de Emissão, o "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, Sob o Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 131ª Emissão, em Duas Séries, da Opea Securitizadora S.A.", assinados em 09 de fevereiro de 2023, em conjunto com o "Contrato de Recebíveis e Serviços S.A." ("Termo de Securitização"); iii) a autorização para outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida), em garantia das Escrituras de Emissão; (iii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários para a formalização da deliberação acima mencionada, bem como celebrar todo e qualquer documento necessário à efetivação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas sem limitação, a Escritura de Emissão, o "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, Sob o Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 131ª Emissão, em Duas Séries, da Opea Securitizadora S.A.", assinados em 09 de fevereiro de 2023, em conjunto com o "Contrato de Recebíveis e Serviços S.A." ("Termo de Securitização"); iii) a autorização para outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida), em garantia das Escrituras de Emissão; (iii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários para a formalização da deliberação acima mencionada, bem como celebrar todo e qualquer documento necessário à efetivação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas sem limitação, a Escritura de Emissão, o "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, Sob o Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 131ª Emissão, em Duas Séries, da Opea Securitizadora S.A.", assinados em 09 de fevereiro de 2023, em conjunto com o "Contrato de Recebíveis e Serviços S.A." ("Termo de Securitização"); iii) a autorização para outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida), em garantia das Escrituras de Emissão; (iii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários para a formalização da deliberação acima mencionada, bem como celebrar todo e qualquer documento necessário à efetivação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas sem limitação, a Escritura de Emissão, o "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, Sob o Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 131ª Emissão, em Duas Séries, da Opea Securitizadora S.A.", assinados em 09 de fevereiro de 2023, em conjunto com o "Contrato de Recebíveis e Serviços S.A." ("Termo de Securitização"); iii) a autorização para outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida), em garantia das Escrituras de Emissão; (iii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários para a formalização da deliberação acima mencionada, bem como celebrar todo e qualquer documento necessário à efetivação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas sem limitação, a Escritura de Emissão, o "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, Sob o Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 131ª Emissão, em Duas Séries, da Opea Securitizadora S.A.", assinados em 09 de fevereiro de 2023, em conjunto com o "Contrato de Recebíveis e Serviços S.A." ("Termo de Securitização"); iii) a autorização para outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida), em garantia das Escrituras de Emissão; (iii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários para a formalização da deliberação acima mencionada, bem como celebrar todo e qualquer documento necessário à efetivação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas sem limitação, a Escritura de Emissão, o "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, Sob o Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 131ª Emissão, em Duas Séries, da Opea Securitizadora S.A.", assinados em 09 de fevereiro de 2023, em conjunto com o "Contrato de Recebíveis e Serviços S.A." ("Termo de Securitização"); iii) a autorização para outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida), em garantia das Escrituras de Emissão; (iii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários para a formalização da deliberação acima mencionada, bem como celebrar todo e qualquer documento necessário à efetivação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas sem limitação, a Escritura de Emissão, o "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, Sob o Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 131ª Emissão, em Duas Séries, da Opea Securitizadora S.A.", assinados em 09 de fevereiro de 2023, em conjunto com o "Contrato de Recebíveis e Serviços S.A." ("Termo de Securitização"); iii) a autorização para outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida), em garantia das Escrituras de Emissão; (iii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários para a formalização da deliberação acima mencionada, bem como celebrar todo e qualquer documento necessário à efetivação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas sem limitação, a Escritura de Emissão, o "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, Sob o Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 131ª Emissão, em Duas Séries, da Opea Securitizadora S.A.", assinados em 09 de fevereiro de 2023, em conjunto com o "Contrato de Recebíveis e Serviços S.A." ("Termo de Securitização"); iii) a autorização para outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida), em garantia das Escrituras de Emissão; (iii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários para a formalização da deliberação acima mencionada, bem como celebrar todo e qualquer documento necessário à efetivação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas sem limitação, a Escritura de Emissão, o "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, Sob o Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 131ª Emissão, em Duas Séries, da Opea Securitizadora S.A.", assinados em 09 de fevereiro de 2023, em conjunto com o "Contrato de Recebíveis e Serviços S.A." ("Termo de Securitização"); iii) a autorização para outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida), em garantia das Escrituras de Emissão; (iii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários para a formalização da deliberação acima mencionada, bem como celebrar todo e qualquer documento necessário à efetivação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas sem limitação, a Escritura de Emissão, o "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, Sob o Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 131ª Emissão, em Duas Séries, da Opea Securitizadora S.A.", assinados em 09 de fevereiro de 2023, em conjunto com o "Contrato de Recebíveis e Serviços S.A." ("Termo de Securitização"); iii) a autorização para outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida), em garantia das Escrituras de Emissão; (iii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários para a formalização da deliberação acima mencionada, bem como celebrar todo e qualquer documento necessário à efetivação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas sem limitação, a Escritura de Emissão, o "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, Sob o Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 131ª Emissão, em Duas Séries, da Opea Securitizadora S.A.", assinados em 09 de fevereiro de 2023, em conjunto com o "Contrato de Recebíveis e Serviços S.A." ("Termo de Securitização"); iii) a autorização para outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida), em garantia das Escrituras de Emissão; (iii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários para a formalização da deliberação acima mencionada, bem como celebrar todo e qualquer documento necessário à efetivação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas sem limitação, a Escritura de Emissão, o "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, Sob o Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 131ª Emissão, em Duas Séries, da Opea Securitizadora S.A.", assinados em 09 de fevereiro de 2023, em conjunto com o "Contrato de Recebíveis e Serviços S.A." ("Termo de Securitização"); iii) a autorização para outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida), em garantia das Escrituras de Emissão; (iii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários para a formalização da deliberação acima mencionada, bem como celebrar todo e qualquer documento necessário à efetivação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas sem limitação, a Escritura de Emissão, o "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, Sob o Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 131ª Emissão, em Duas Séries, da Opea Securitizadora S.A.", assinados em 09 de fevereiro de 2023, em conjunto com o "Contrato de Recebíveis e Serviços S.A." ("Termo de Securitização"); iii) a autorização para outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida), em garantia das Escrituras de Emissão; (iii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários para a formalização da deliberação acima mencionada, bem como celebrar todo e qualquer documento necessário à efetivação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas sem limitação, a Escritura de Emissão, o "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, Sob o Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 131ª Emissão, em Duas Séries, da Opea Securitizadora S.A.", assinados em 09 de fevereiro de 2023, em conjunto com o "Contrato de Recebíveis e Serviços S.A." ("Termo de Securitização"); iii) a autorização para outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida), em garantia das Escrituras de Emissão; (iii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários para a formalização da deliberação acima mencionada, bem como celebrar todo e qualquer documento necessário à efetivação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas sem limitação, a Escritura de Emissão, o "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, Sob o Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 131ª Emissão, em Duas Séries, da Opea Securitizadora S.A.", assinados em 09 de fevereiro de 2023, em conjunto com o "Contrato de Recebíveis e Serviços S.A." ("Termo de Securitização"); iii) a autorização para outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida), em garantia das Escrituras de Emissão; (iii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários para a formalização da deliberação acima mencionada, bem como celebrar todo e qualquer documento necessário à efetivação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas sem limitação, a Escritura de Emissão, o "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, Sob o Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 131ª Emissão, em Duas Séries, da Opea Securitizadora S.A.", assinados em 09 de fevereiro de 2023, em conjunto com o "Contrato de Recebíveis e Serviços S.A." ("Termo de Securitização"); iii) a autorização para outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida), em garantia das Escrituras de Emissão; (iii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários para a formalização da deliberação acima mencionada, bem como celebrar todo e qualquer documento necessário à efetivação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas sem limitação, a Escritura de Emissão, o "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, Sob o Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 131ª Emissão, em Duas Séries, da Opea Securitizadora S.A.", assinados em 09 de fevereiro de 2023, em conjunto com o "Contrato de Recebíveis e Serviços S.A." ("Termo de Securitização"); iii) a autorização para outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida), em garantia das Escrituras de Emissão; (iii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários para a formalização da deliberação acima mencionada, bem como celebrar todo e qualquer documento necessário à efetivação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas sem limitação, a Escritura de Emissão, o "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, Sob o Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 131ª Emissão, em Duas Séries, da Opea Securitizadora S.A.", assinados em 09 de fevereiro de 2023, em conjunto com o "Contrato de Recebíveis e Serviços S.A." ("Termo de Securitização"); iii) a autorização para outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida), em garantia das Escrituras de Emissão; (iii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários para a formalização da deliberação acima mencionada, bem como celebrar todo e qualquer documento necessário à efetivação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas sem limitação, a Escritura de Emissão, o "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, Sob o Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 131ª Emissão, em Duas Séries, da Opea Securitizadora S.A.", assinados em 09 de fevereiro de 2023, em conjunto com o "Contrato de Recebíveis e Serviços S.A." ("Termo de Securitização"); iii) a autorização para outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida), em garantia das Escrituras de Emissão; (iii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários para a formalização da deliberação acima mencionada, bem como celebrar todo e qualquer documento necessário à efetivação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas sem limitação, a Escritura de Emissão, o "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, Sob o Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 131ª Emissão, em Duas Séries, da Opea Securitizadora S.A.", assinados em 09 de fevereiro de 2023, em conjunto com o "Contrato de Recebíveis e Serviços S.A." ("Termo de Securitização"); iii) a autorização para outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida), em garantia das Escrituras de Emissão; (iii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários para a formalização da deliberação acima mencionada, bem como celebrar todo e qualquer documento necessário à efetivação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas sem limitação, a Escritura de Emissão, o "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, Sob o Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 131ª Emissão, em Duas Séries, da Opea Securitizadora S.A.", assinados em 09 de fevereiro de 2023, em conjunto com o "Contrato de Recebíveis e Serviços S.A." ("Termo de Securitização"); iii) a autorização para outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida), em garantia das Escrituras de Emissão; (iii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários para a formalização da deliberação acima mencionada, bem como celebrar todo e qualquer documento necessário à efetivação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas sem limitação, a Escritura de Emissão, o "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, Sob o Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 131ª Emissão, em Duas Séries, da Opea Securitizadora S.A.", assinados em 09 de fevereiro de 2023, em conjunto com o "Contrato de Recebíveis e Serviços S.A." ("Termo de Securitização"); iii) a autorização para outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida), em garantia das Escrituras de Emissão; (iii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários para a formalização da deliberação acima mencionada, bem como celebrar todo e qualquer documento necessário à efetivação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas sem limitação, a Escritura de Emissão, o "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, Sob o Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 131ª Emissão, em Duas Séries, da Opea Securitizadora S.A.", assinados em 09 de fevereiro de 2023, em conjunto com o "Contrato de Recebíveis e Serviços S.A." ("Termo de Securitização"); iii) a autorização para outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida), em garantia das Escrituras de Emissão; (iii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários para a formalização da deliberação acima mencionada, bem como celebrar todo e qualquer documento necessário à efetivação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas sem limitação, a Escritura de Emissão, o "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, Sob o Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 131ª Emissão, em Duas Séries, da Opea Securitizadora S.A.", assinados em 09 de fevereiro de 2023, em conjunto com o "Contrato de Recebíveis e Serviços S.A." ("Termo de Securitização"); iii) a autorização para outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida), em garantia das Escrituras de Emissão; (iii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários para a formalização da deliberação acima mencionada, bem como celebrar todo e qualquer documento necessário à efetivação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas sem limitação, a Escritura de Emissão, o "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, Sob o Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 131ª Emissão, em Duas Séries, da Opea Securitizadora S.A.", assinados em 09 de fevereiro de 2023, em conjunto com o "Contrato de Recebíveis e Serviços S.A." ("Termo de Securitização"); iii) a autorização para outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida), em garantia das Escrituras de Emissão; (iii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários para a formalização da deliberação acima mencionada, bem como celebrar todo e qualquer documento necessário à efetivação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas sem limitação, a Escritura de Emissão, o "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, Sob o Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Certificados de Recebíveis

EVENTO

Prefeitura de SP participa do Urban 20

Evento, que está sendo realizado na cidade de Ahmedabad, na Índia, reúne cidades dos estados membros do grupo das 20 maiores economias para discutir questões econômicas, climáticas e de desenvolvimento globais.

A cidade de São Paulo participou nesta quinta-feira (9), e também estará presente nesta sexta-feira, no Urban 20 (U20). O evento, que está sendo realizado na cidade de Ahmedabad, na Índia, reúne cidades dos estados membros do G20 para discutir questões econômicas, climáticas e de desenvolvimento globais. Ao final do Congresso é elaborado um comunicado que é entregue

para os líderes nacionais dos países do G20, pautando discussões e negociações oficiais do fórum.

A iniciativa U20 é convocada permanentemente pela C40 Cities e Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), sob a liderança de uma cidade presidente do país anfitrião da cúpula do G20, que muda anualmente. O G20 é o principal fórum para a cooperação econômica internacional, com importante papel na formação e reforço da governança glo-

bal em todas as grandes questões econômicas internacionais, com participação de chefes de estado e governo.

A Cidade de São Paulo está sendo representada pela secretária adjunta de Relações Internacionais, Ana Cristina Wanzele, e pelo coordenador geral da pasta, Hugo Salomão. Dufrá. Durante o Urban 20 são realizados quatro encontros entre os participantes, para discutir todas as áreas prioritárias para o ciclo de 2023: incentivar comportamentos ambientalmente

responsáveis; garantir a segurança hídrica; acelerar o financiamento climático; defender a identidade local; reinventar os quadros de governança e planejamento urbano; catalisar futuros urbanos digitais.

“O planejamento urbano é uma ferramenta de coordenação e de concertação das partes interessadas e das múltiplas esferas e níveis de governo. Mais da metade da população mundial vive em grandes cidades. Na América Latina, e Brasil, cerca de 80% da popula-

ção habita em centros urbanos. É papel fundamental dessas cidades se vincularem a acordos e tratados internacionais, visando cada vez mais investimento e criatividade para atender a sempre crescente demanda por infraestrutura e serviços”, declarou Ana Cristina Wanzele.

Para o coordenador geral de Relações Internacionais, Hugo Salomão, o G20 e o U20 são fóros multilaterais de extrema relevância para o diálogo e deliberação sobre os

principais temas e desafios do mundo.

“Governos – e sobretudo as cidades – devem se engajar no fomento à cooperação para o desenvolvimento global, focados na redução das desigualdades, combate às mudanças climáticas e a urbanização sustentável. Em 2024, o G20 e o U20 serão sediados no Brasil, o que traz ainda mais responsabilidades às partes brasileiras nas negociações”, afirmou o coordenador geral de Relações Internacionais, Hugo Salomão.

VISITA

Governo do Estado de São Paulo recebe ministra das Relações Exteriores da França

O governador Tarcísio de Freitas recebeu, na manhã desta quinta-feira (9), comitiva da França liderada pela ministra das Relações Exteriores, Catherine Colonna. No último dia de missão no Brasil, Catherine esteve no Palácio dos Bandeirantes para alinhar uma agenda de cooperação mútua entre França e São Paulo em áreas como economia, meio ambiente, educa-

ção, ciência e tecnologia.

“A França é um dos maiores investidores no Brasil. Temos muitas empresas francesas no estado de São Paulo e queremos estreitar os laços com o país”, disse Tarcísio.

O governador destacou à ministra algumas metas de sua gestão, como resolver questões sociais, promover a rein-ustrialização e atrair investi-

mentos em infraestrutura. “Do ponto de vista econômico, devemos atuar em cooperação para facilitar os esforços das empresas que exportam, reduzindo a carga tributária e trocando créditos tributários por investimentos. Queremos transformar o estado de São Paulo em exemplo de sustentabilidade. Estamos desenvolvendo produtos financeiros, como green bonds, para

financiar as atividades de preservação ambiental”, comentou.

Colonna destacou a importância de uma agenda com o Governo do Estado de São Paulo para poder, inclusive, ampliar a presença de investimentos brasileiros na França. “São Paulo tem uma população quase do tamanho da população francesa e um centro econômico extremamente importante, com empre-

sas francesas bem implantadas”, disse. Entre os temas abordados para possíveis cooperações bilaterais estão mobilidade urbana, ciência e tecnologia, energias renováveis, biocombustíveis e educação.

Além do governador, participaram da reunião o secretário de Negócios Internacionais Lucas Ferraz, o secretário-chefe da Casa Civil Arthur Lima,

a secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística Natália Resende, o secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação Vahan Agopyan, o secretário executivo de Negócios Internacionais embaixador Afonso Massot e o embaixador do Escritório de Representação em São Paulo (ERESP) do Ministério das Relações Exteriores Raymundo Rocha Magno.

EXAME

Ministério da Educação antecipa e libera resultados da prova do Enem

Os estudantes que realizaram o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2022 já podem conferir o resultado da prova na Página do Participante (<https://enem.inep.gov.br/participante/#1/>). Com previsão inicial para a próxima segunda-feira, 13, a divulgação do desempenho no exame foi antecipada para quinta-feira, 9. Para acessar as notas individuais, basta digitar o CPF e a senha cadastrados no sistema.

A mudança na data foi anunciada pelo ministro da Educação, Camilo Santana, na quarta-feira, 8, durante a divulgação dos dados do Censo Escolar da

Educação Básica.

O Enem é a principal porta de entrada dos estudantes brasileiros para a universidade. As notas podem ser utilizadas para os processos seletivos do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), do Programa Universidade para Todos (Prouni) e do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

É o sistema informatizado do MEC por meio do qual as instituições públicas de ensino superior oferecem vagas a candidatos participantes do Enem, que tenham obtido nota superior a zero na prova de Redação e não tenham realizado a

prova na condição de treineiro.

O programa oferece bolsas de estudo em instituições particulares para candidatos com renda familiar bruta mensal de até três salários mínimos por pessoa. Podem participar do processo seletivo estudantes brasileiros que não possuam diploma de curso superior. Exige nota mínima de 450 nas provas objetivas do Enem e que o estudante não tenha zerado a Redação. A seleção se dá de acordo com as notas obtidas.

É destinado ainda a alunos que cursaram o ensino médio na rede pública ou mesmo na rede particular. Passaram a ter

acesso ao programa alunos que fizeram o “ensino médio completo em instituição privada, na condição de bolsista parcial da respectiva instituição, ou sem a condição de bolsista”. A alteração na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, foi publicada no Diário Oficial da União de 7 de dezembro de 2021.

A inscrição será de 28 de fevereiro a 3 de março e o resultado será de 7 a 16 de março (primeira chamada) e de 21 a 30 de março (segunda chamada).

Criado em 2001, o Fies é uma forma de o estudante financiar um curso superior

da rede privada e com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), por meio do MEC e com taxa zero de juros.

Nesta modalidade, o aluno precisa ter renda familiar mensal bruta de até três salários mínimos por pessoa. O empréstimo pode ser pago após a conclusão do curso. Como o ProUni, vale a regra de 450 pontos no Enem e não ter zerado a Redação.

As inscrições para todos os três processos seletivos são gratuitas e devem ser feitas, exclusivamente, pela internet.

Em todos os programas de acesso ao ensino superior do País, a classificação é feita com base na nota obtida na edição mais recente do Enem, sendo que, para o Fies, quem fez uma das edições do Enem, a partir de 2010 até a mais recente, também pode se inscrever.

Sonda Supermercados
Exportação e Importação S.A.
CNPJ/ME nº 01.937.635/0001-82 - NIRE 35.300.377.036
Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 19/12/22
Data, Hora e Local da Assembleia: Aos 19/12/22, às 10:00 horas, na sede da companhia. Convocação e Presenças: Totalidade dos Acionistas da Companhia. Mesa: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Delcír Sonda e secretariados pela Sra. Irani Carmen Gallas Sonda. Deliberações: Os acionistas deliberaram e, por unanimidade de votos, e sem quaisquer restrições, resolvem aprovar o acordo firmado e que será homologado nos autos do processo supramencionado, que convalida e dá quitação ao negócio jurídico representado pela escritura pública de compra e venda lavrada pelo 1º Tabelião de Notas de Guarulhos (SP), na data de 10/11/2005, tendo por objeto o bem imóvel, com área de 247.778,33 m², matriculado sob o nº 116.409 do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Praia Grande (SP). Encerramento: Nada mais. São Paulo, 19/12/22. Delcír Sonda - Presidente; Irani Carmen Gallas Sonda - Secretária. JUCESP nº 42.974/23-9 em 26/01/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

J&T Express Brazil Ltda.
CNPJ nº 42.584.754/0001-86 - NIRE 35.237.415.070
Edital de Convocação
Sede Social: Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, cj. 51, Torre 3, Setor B, Condomínio Thera One Commercial, CEP 04571-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Administração da J&T EXPRESS BRAZIL LTDA. (“Sociedade”), nos termos do Parágrafo 3º do artigo 1.152 e Caput do artigo 1.074 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 (“Código Civil”), convoca os sócios da Sociedade para a Realização dos Sócios, que será realizada na sede social da Sociedade, localizada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, cj. 51, Torre 3, Setor B, Condomínio Thera One Commercial, CEP 04571-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em primeira convocação, no dia 23 de fevereiro de 2023, às 10:00h, e em segunda convocação no mesmo local e data às 11:00h, para tratar da seguinte ordem do dia: (i) Deliberar sobre a abertura de novas filiais da Sociedade, a serem instaladas nos seguintes endereços: (a) Município de Pirapora, Estado de Minas Gerais, na Avenida Otávio Carneiro, nº 352, Santo Antônio, CEP 39272-150; (b) Município de São Miguel do Guamá, Estado do Pará, na Avenida Dr. Tancredo de Almeida Neves, S/N, Perpetuo Socorro, CEP 68660-000; (c) Município de Piripiri, Estado do Piauí, na Avenida Aderson Alves Ferreira, S/N, Ruxsina, CEP 64260-000; (d) Município de Telêmaco Borba, Estado do Paraná, na Rua Vinte e Um de Abril, nº 230, Socomim, CEP 94265-420; (e) Município de Bauru, Estado de São Paulo, na Avenida Elias Miguel Maluf, nº 12-25, Lote: H M N O P Q Q58, Vila Industrial, CEP 17055-320; (f) Município de Cianorte, Estado do Paraná, na Avenida Leopoldina, nº 1638A, Zona de Armazém, CEP 87207-042; (g) Município de Bacabal, Estado do Maranhão, na Rua Dias Carneiro, nº 02213, Quadra 10, Ramal, CEP 65700-000; (h) Município de Guaraní, Estado da Bahia, na Avenida Sandoval Moraes, nº 1015, Lote 13, Sandoval Moraes, CEP 46430-000; (i) Município de Gurupi, Estado do Tocantins, na Avenida Honorina Alves Furtado, S/N, Quadra 0029, Lote 05, Alto da Boa Vista, CEP 77425-250; (j) Município de Imperatriz, Estado do Maranhão, na Rua Espírito Santo, S/N, Jardim São Luís, CEP 65913-120; (k) Município de Janaína, Estado de Minas Gerais, na Avenida Mal. Eurico Gaspar Dutra, nº 586, Loja A, Centro, CEP 39480-000; e, (l) Município de Franca, Estado de São Paulo, na Rua Vicente Richinho, nº 240, Lote 28/29 Q-D, Polo Industrial São Bernardo, CEP 14406-790; (m) Alterar o endereço da Filial inscrita no CNPJ/ME sob o nº 42.584.754/0002-67 e NIRE 35906276623, localizada no Município de Bauru, Estado de São Paulo, na Avenida Gulpê, nº 9791, Galpão: Módulo, Jardim Belval, CEP 06422-120, para o mesmo Município de Bauru, Estado de São Paulo, na Avenida Gulpê, nº 9791, Módulos 01, 02 e 03, Escritórios 101, 103 e 104, Jardim Belval, CEP 06422-120; e, (iii) Autorizar os administradores e/ou os procuradores da Sociedade a tomarem todas as providências e a assinarem todos e quaisquer documentos necessários para a formalização das resoluções no item acima. São Paulo - SP, 10 de fevereiro de 2023. QIANG WANG - Diretor Presidente

No Grande Tribunal das Ilhas Cayman - Divisão de Serviços Financeiros - FSD Causa Nº: 0012 de 2023 - Na Questão das Seções 159 da Lei das Empresas (Revisão de 2022) e na Questão do O.102 R.18 e na Questão da Zamin Ferrous Ltd. - Aviso de Petição - Observe que uma petição para uma ordem que Zamin Ferrous Ltd. (a “Empresa”), cuja última sede conhecida está situada em c/o Cayman Fiduciary Limited, Third Floor, Landmark Square, 64 Earth Close, PO Box 707 Camana Bay, Grand Cayman, KY1-9 006, Ilhas Cayman será restaurado ao Registro de Empresas de acordo com as disposições da Lei das Empresas, foi apresentada ao Grande Tribunal das Ilhas Cayman. 1. A petição foi apresentada pela Anglo Ferrous Brazil Participações S.A. (f/k/a Anglo Ferrous Brazil S.A.), da Rua Maria Luiza Santiago, nº 200, 16º andar, Bairro Santa Lúcia, CEP 30360-740, Belo Horizonte - MG, Brasil (a “Requerente”). 2. Cópias da petição e da declaração de apoio podem ser obtidas gratuitamente dos advogados do Requerente, Forbes Hare, em Cassia Court, Suite 716, 10 Market Street Camana Bay, Grand Cayman, KY1-9006, Ilhas Cayman. Observe que a audiência da petição ocorrerá em 23 de fevereiro de 2023 no Tribunal de Justiça, George Town, Grand Cayman, às 10h.

Vert Private
Placements Companhia
Securizadora
CNPJ/ME nº 37.368.334/0001-22
NIRE: 35.300.055.324-1
Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 27 de Janeiro de 2023 às 15:00 Horas
CERTIDÃO: Certifico o registro na JUCESP sob nº 60.901/23-8 em 03.02.2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Diário Comercial
PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS,
BALANÇOS, EDITAIS,
FATOS RELEVANTES E
UNDERWRITING NO
DIÁRIO COMERCIAL,
FALE COM SUA AGÊNCIA DE
PUBLICIDADE
OU NOS CONSULTE

W1 GROUP CORRETORA DE SEGUROS S.A.
CNPJ/ME nº 11.958.007/0001-37 - NIRE 3530056180-5
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária
Nos termos da Lei nº 6.404/76 e do Estatuto Social da W1 GROUP CORRETORA DE SEGUROS S.A. (“Companhia”), ficam os senhores acionistas da W1 GROUP CORRETORA DE SEGUROS S.A. convocados para se reunir em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, que será realizada na sede social da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Fidélio Ramos, nº 100, 4º andar, Vila Olímpia, CEP 04551-010, com início às 15h00 quinze horas do dia 22 (vinte e dois) de fevereiro de 2023, em primeira convocação, para deliberar e votar sobre a seguinte ordem do dia: (i) aprovação e ratificação da nomeação do Sr. Ricardo Moura Rocha como o novo responsável técnico da Companhia; (ii) aprovação da consolidação do Estatuto Social da Companhia. Informações Gerais: O presente Edital de Convocação, a proposta do novo Estatuto Social da Companhia, os demais documentos correlatos a serem discutidos na Assembleia Geral Extraordinária indicados na ordem do dia e as orientações e procedimentos a serem observados pelos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária se encontram à disposição dos acionistas interessados na sede da Companhia. Nos termos do artigo 126 da Lei nº 6.404/76, os acionistas deverão exibir documento de identidade/documentos societários para comprovar a qualidade de acionista e participar da referida Assembleia Geral Extraordinária, e poderão ser representados por mandatários, observadas as restrições legais e estatutárias, devendo, neste caso, ser apresentado também o instrumento de mandato. São Paulo - SP, 10 de fevereiro de 2023
W1 GROUP CORRETORA DE SEGUROS S.A. - Tiago Ferreira Serpa - Diretor Presidente

Triage Aviation Ltda.
CNPJ/ME nº 27.205.968/0001-00 - NIRE 35.230.449.840
5ª Alteração do Contrato Social
Pelo presente instrumento particular, os abaixo assinados e a seguir qualificados: **Raphael Baptista Netto**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 13.485.777 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob nº 087.793.248-43, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, e com domicílio profissional na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2277, 20º andar, conjuntos 203/204, Jardim Paulistano, CEP 01452-000 (**Raphael**); **Rodolpho Panzenboeck Dellape Baptista**, brasileiro, casado, químico, portador da cédula de identidade RG nº 16.190.132-8 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob nº 165.827.008-50, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, e com domicílio profissional na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2277, 20º andar, conjuntos 203/204, Jardim Paulistano, CEP 01452-000 (**Rodolpho**); **Ricardo Panzenboeck Dellape Baptista**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 18.454.363-0 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob nº 285.286.318-93, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, e com domicílio profissional na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2277, 20º andar, conjuntos 203/204, Jardim Paulistano, CEP 01452-000 (**Ricardo**); e **Marlborough Management Ltd.**, sociedade devidamente constituída de acordo com as leis das Bahamas, com endereço em 1º andar, Kings Court, Bay Street, P.O. Box N-3944, Nassau, Bahamas, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 28.149.238/0001-00 (**Marlborough**), neste ato, representada por seu procurador, Sr. Clayton Claudinei Nogueira, brasileiro, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 14.048.160 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob nº 035.855.918-92, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com endereço comercial na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2277, 20º andar, conjuntos 203/204, Jardim Paulistano, CEP 01452-000, cuja procuração foi devidamente protocolada sob o nº 9.075.043 no 3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo, na qualidade de únicos sócios representando a totalidade do capital social da **Triage Aviation Ltda.**, sociedade empresária limitada com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2277, 20º andar, conjunto 2003, Jardim Paulistano, CEP 01452-000, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 27.205.968/0001-00, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob o NIRE 35.230.449.840 (“Sociedade”), têm entre si, justo e contratado, alterar o Contrato Social da Sociedade e tomar as seguintes deliberações, todas por unanimidade, dispensando-se a ata de reunião de sócios, em: (a) Fica disposto no §3º do artigo 1.072 da Lei nº 10.406/02. **1. Redução do Capital Social da Sociedade:** 1.1. Estando o capital Social da Sociedade totalmente integralizado, os Sócios decidem aprovar, por unanimidade, a redução do capital social da Sociedade, na forma do art. 1.082, inciso I da Lei nº 10.406/02, passando dos atuais R\$ 23.526.850,00 (vinte e três milhões, quinhentos e vinte e seis mil, oitocentos e cinquenta reais) para R\$ 1.000,00 (um mil reais), uma redução, portanto, no valor total de R\$ 23.525.850,00 (vinte e três milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais). 1.2. A redução do Capital Social será implementada mediante a absorção de prejuízos fiscais acumulados da Sociedade, ficando estabelecido, portanto, que os sócios não farão jus à restituição de bens e direito em razão da presente redução de capital, no valor de R\$ 23.525.850,00 (vinte e três milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais). 1.3. Nos termos do artigo 1.082, inciso I e §1º e 2º do artigo 1.048, todos da Lei nº 10.406/02, a redução do capital social da Sociedade somente será efetivada mediante o registro e arquivamento desta ata (5ª Alteração do Contrato Social da Sociedade) na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”), que ocorrerá somente após o prazo de 90 (noventa) dias contados da publicação do extrato desta ata contendo a deliberação da redução do Capital Social da Sociedade. 1.4. Diante da deliberação acima aprovada, a Cláusula Quarta do Contrato Social da Sociedade será alterada, passando a constar com nova redação, conforme abaixo: **“Cláusula 4ª:** O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 1.000,00 (um mil reais), dividido em 1.000 (uma mil) quotas com valor nominal unitário de R\$1,00 (um real), assim distribuídas entre os sócios: (a) a sócia Marlborough Management Ltd. possui 853 (oitocentos e cinquenta e três) quotas, com valor unitário de R\$ 1,00 (um real), perfazendo o montante de R\$ 853,00 (oitocentos e cinquenta e três reais); (b) o sócio Raphael Baptista Netto possui 49 (quarenta e nove) quotas, com valor unitário de R\$ 1,00 (um real), perfazendo o montante de R\$ 49,00 (quarenta e nove reais); (c) o sócio Rodolpho Panzenboeck Dellape Baptista possui 49 (quarenta e nove) quotas, com valor unitário de R\$ 1,00 (um real), perfazendo o montante de R\$ 49,00 (quarenta e nove reais); (d) o sócio Ricardo Panzenboeck Dellape Baptista possui 49 (quarenta e nove) quotas, com valor unitário de R\$ 1,00 (um real), perfazendo o montante de R\$ 49,00 (quarenta e nove reais). **Parágrafo Primeiro:** A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, porém todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1.052 do Código Civil instituído pela Lei 10.406/02. **Parágrafo Segundo:** A preferência para aporte de capital será garantida aos sócios até trinta dias após a deliberação que dispuser sobre o aumento do capital social, conforme disposto no parágrafo 1º do artigo 1.081 da Lei 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 (Código Civil)”. **II. Ratificação e Consolidação do Contrato Social:** 2.1. Os Sócios ratificam todas as demais cláusulas do Contrato Social da Sociedade não modificadas por esta alteração, as quais permanecem em pleno vigor, e resolvem, também por unanimidade, consolidar o Contrato Social da Sociedade. São Paulo, 6 de fevereiro de 2023. **Ricardo Panzenboeck Dellape Baptista; Marlborough Management Ltd.** p.p. Clayton Claudinei Nogueira, Raphael Baptista Netto; Rodolpho Panzenboeck Dellape Baptista.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/81BE-5AED-23C4-73E8> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 81BE-5AED-23C4-73E8



Hash do Documento

F873143BD7D8667E3628996A72A53F2F3FE69C557A273F7F0211C24627825626

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 09/02/2023 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em
09/02/2023 21:28 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

